

Relatório Anual 2017

Plano de Benefícios I



O Relatório Anual da Fusesc é parte do compromisso da Entidade com a transparência e o relacionamento com seus públicos. O documento é publicado anualmente e apresenta informações sobre a gestão, resultados operacionais e impactos econômicos. Este Relatório refere-se ao exercício de 2017.

Apresentação

A história da Fusesc está ligada à criação da previdência complementar no Brasil, já que ocorreu no mesmo ano. Desde então, a nossa Entidade configurou-se como um dos maiores fundos de pensão de Santa Catarina. Hoje, celebramos o passado e pensamos no futuro, que representa um sólido compromisso com a sustentabilidade e desenvolvimento da Fusesc e dos planos de benefícios no curto e longo prazos. Com o apoio dos gestores, conselheiros e colaboradores, buscamos sempre determinar a direção que melhor assegure esse propósito. Desta forma, a Fundação estará ainda mais preparada para atingir os seus objetivos, crescendo lado a lado de seus Participantes e Assistidos.



Diretor Superintendente, José Manoel de Oliveira



O Conselho Deliberativo é a maior alçada decisória de uma entidade de previdência fechada. Na Fusesc, a atuação dos conselheiros leva em consideração o mercado financeiro, o avanço das políticas de fiscalização e controle e o ambiente de incertezas econômicas e políticas que o Brasil enfrenta nos últimos tempos. Os fatos falam por si. O presente relatório demonstra o resultado da atuação de uma equipe de profissionais experientes, responsáveis e dedicados na busca de resultados sustentáveis e que alcancem o objetivo de

toda entidade fechada de previdência complementar: gerir planos de benefícios com qualidade. Ao Conselho Deliberativo cabe tomar as decisões estratégicas que indicam o rumo da nossa Fusesc, de olho no futuro e com a dedicação no presente.

Presidente do Conselho Deliberativo, Carlos Eduardo Pitz

The background of the page is a photograph of a group of people, mostly older adults, seated in a room, possibly attending a meeting or a presentation. A man in a light blue shirt is standing at the front, gesturing towards a screen. The image is overlaid with a semi-transparent green layer featuring a network of white geometric lines forming triangles and polygons.

A Fusesc

Criada em 04 de abril de 1978, a Fundação Codesc de Seguridade Social (Fusesc) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, cujo objetivo é garantir benefícios previdenciários complementares aos seus Participantes e Assistidos, de forma a contribuir para a manutenção da qualidade de vida no período da aposentadoria.

A Entidade realiza a gestão de três planos de benefícios, na qual são Participantes os empregados pertencentes ao quadro de funcionários das patrocinadoras Badesc, Bescor, Codesc, Banco do Brasil, Caixa de Assistência - SIM e Fusesc.

Os recursos para administração dos planos são provenientes das contribuições mensais feitas pelos empregados e patrocinadoras. Estes recursos são investidos no mercado financeiro, de acordo com o que rege a Política de Investimentos da Fusesc, buscando obter a melhor rentabilidade, liquidez e segurança.

Por meio desses investimentos são garantidos os pagamentos dos benefícios aos Assistidos.

Missão

Instituir e administrar planos de benefícios com excelência, oferecendo segurança financeira aos participantes e assistidos.

Visão

Alcançar um nível de eficiência administrativa acima do mercado, garantindo a sustentabilidade futura da entidade.

Valores

- Ética e respeito à legislação como princípios de ação.
- Zelo pela solidez e imagem da instituição.
- Garantia da perenidade e previsibilidade na gestão dos planos de benefícios.
- Aprimoramento dos serviços prestados visando a satisfação dos participantes e assistidos.
- Comprometimento com a qualificação dos profissionais de acordo com os objetivos e padrões de excelência da entidade.
- Atuação institucional para fortalecimento do sistema de previdência complementar do país.

SUMÁRIO

Gestão da Fusesc	7
Trabalho que gera resultados	7
Acompanhe o que aconteceu na Fusesc em 2017	8
Comunicação e Relacionamento	14
Educação Financeira e Previdenciária - Programa A Escolha Certa	15
Gestão de Seguridade	18
Plano de Benefícios I	18
Gestão de Investimentos	19
Plano de Benefícios I tem rentabilidade de 8,44% em 2017	19
Resultados dos investimentos em 2017	19
1.Demonstrações Contábeis	20
1.1. Balanço Patrimonial	20
1.2. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social	21
1.3. Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios I	22
1.4. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefícios I	23
1.5. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios I	24
1.6. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)	25
1.7. Notas Explicativas �s Demonstrações Contábeis	26
2.Pareceres	45
2.1. Parecer Atuarial da Avaliação em 31/12/2016	45
2.2. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	53
2.3. Parecer do Conselho Fiscal	57
2.4. Parecer do Conselho Deliberativo	58
3.Investimentos	59
3.1. Relatório de Resumo de Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa	59
3.2. Relatório de Resumo de Políticas de Investimentos - Plano de Benefícios I	62
3.3. Resumo dos Demonstrativos de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa	66
3.4. Resumo dos Demonstrativos de Investimentos - Plano de Benefícios I	69

Gestão da Fusesc



Trabalho que gera resultados

Em 04 de abril de 2018 a Fusesc completa 40 anos de experiência na gestão de planos de benefícios.

Os últimos anos têm sido bastante desafiadores para a economia e em 2017 não foi diferente. Porém, justamente em razão dessa experiência, a Fusesc mais uma vez contabilizou um resultado bastante positivo.

Esse resultado positivo tem base na competência da gestão, que define a estratégia das Políticas de Investimentos dos planos, elaboradas pela Diretoria Executiva, com assessoramento do Comitê de Investimentos e aprovada pelo Conselho Deliberativo, com acompanhamento do Conselho Fiscal.

Nessas quatro décadas, a Fusesc investiu no aprimoramento da gestão dos planos e da

prestação de serviços. Desta forma, está sempre preparada para enfrentar todos os desafios.

Hoje colhemos os frutos dessa dedicação e experiência - a solidez dos três planos administrados e o excelente resultado da rentabilidade - tornaram a Fusesc uma referência no segmento da previdência complementar. Podemos afirmar, com muito orgulho, que tudo isso se traduziu em sucesso e cumprimento dos compromissos assumidos com as Patrocinadoras, Participantes e Assistidos.

Além disso, a Fusesc continua investindo no aprimoramento dos processos internos, sistemas e na comunicação e relacionamento com seus Participantes e Assistidos. Tudo isso para ampliar cada vez mais a prestação de serviços.

Acompanhe o que aconteceu na Fusesc em 2017

Otimização permanente de recursos

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar devem manter estrutura suficiente para administrar seus planos de benefícios, evitando desperdícios de qualquer natureza ou a prática de custos incompatíveis. Desta forma, a Diretoria Executiva da Fusesc vem atuando fortemente na gestão administrativa da Fusesc, com diversas ações que visam à melhoria operacional e a segurança dos processos. Com o objetivo de economizar recursos, realiza a otimização pessoal e de processos, sempre levando em consideração a eficiência da Entidade.

Gerência de Tecnologia da Informação - A Fusesc está trabalhando no projeto de modernização do autoatendimento no site da Entidade, para customizar, adaptar e melhorar o sistema de acesso dos Participantes e Assistidos. Os dados pessoais, saldo, contribuição, contracheque, informe de rendimentos, dados de empréstimo, dados bancários, atendimentos e simulação de benefício estarão apresentados de forma mais acessível, com todas as informações principais já na tela inicial.

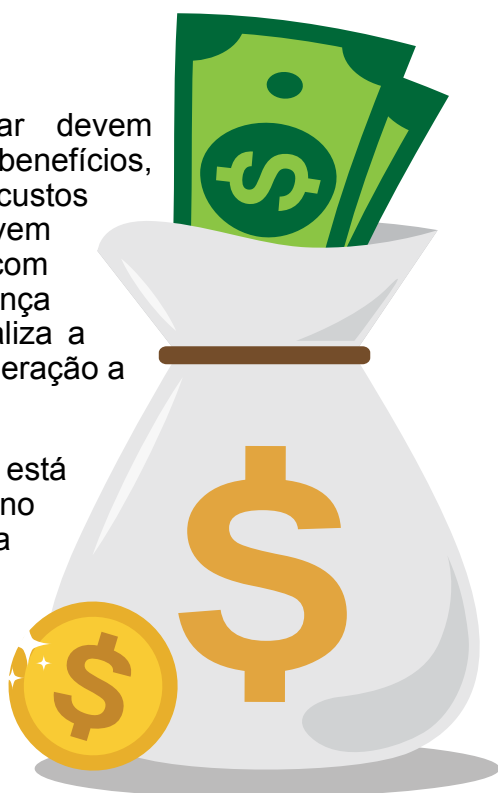
Além disso, a área de Tecnologia da Informação também realiza otimização constante de processos no Sistema de Gestão de Conteúdo (ECM).

Gerência de RH e Administrativa - Em 2017, aconteceu a mudança das Gerências de Tecnologia de Informação e Administrativa para o terceiro andar do prédio da Fusesc, gerando economia de energia e no custo de aluguel do Edifício Sede. Além disso, foi realizada a troca do ar condicionado central por aparelhos do tipo Split, que trouxe menor gasto com energia e água.

A área também trabalhou para adequação dos valores dos alugueis, refletindo o momento de retração do mercado imobiliário, além da renegociação de outros contratos.

Assessoria Jurídica – O setor Jurídico apresenta redução de despesas administrativas com serviços jurídicos e custas judiciais em razão da contínua redução do volume de demandas.

Controladoria - Na Controladoria, é realizado o trabalho de controle de riscos da Entidade, com o objetivo de continuamente identificar, avaliar, controlar e monitorar tudo aquilo que impacta nas atividades da Fusesc, como por exemplo, o atendimento à legislação e suas mudanças, as solicitações dos órgãos fiscalizadores, auditorias, dentre outros.



Alteração Estatutária

Encontra-se em andamento procedimento para alteração do Estatuto da FUSESC. O texto já foi submetido ao conhecimento dos Participantes e Assistidos e encontra-se atualmente aguardando aprovação da Patrocinadora Banco do Brasil S.A. para posterior submissão a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.



Fusesc comemorou 39 anos cuidando do presente e do futuro



No dia 04 de abril a Fusesc completou 39 anos. Ao longo dessa trajetória a Entidade tem muitos motivos para comemorar, mas certamente os maiores são ver os Assistidos que ajudaram a construir esta história estarem hoje usufruindo daquilo que almejavam um dia, um benefício complementar na aposentadoria, e os Participantes trilhando conosco o caminho para alcançar este benefício futuro.

A cada ano a Fusesc alcança as suas metas e consolida a sua história, fortalecida pela confiança dos Participantes, Assistidos e Patrocinadoras.

Ciclo de Apresentações de Prestação de Contas aconteceu em 12 cidades

Mais de 450 participantes e assistidos confirmaram presença nas apresentações de prestação de contas da Fusesc, referentes ao exercício de 2016. Foram visitadas 12 cidades catarinenses, entre os dias 15 de maio e 13 de junho. A Fusesc é uma das entidades pioneiras na realização deste tipo de evento, que traz proximidade e transparência aos participantes e assistidos.

Nos encontros, o Diretor Superintendente, José Manoel de Oliveira, levou informações sobre a gestão dos planos de benefícios e da entidade, ampliando a transparência da administração e colocando-se à disposição para tirar as dúvidas.

“A Entidade realiza estas apresentações há 17 anos e sabemos como elas são importantes, já que a Fusesc possui um público que está espalhado por todo o país, com maior concentração em Santa Catarina. E nós temos este compromisso, de atender nossos participantes e assistidos da melhor forma, levando em consideração as necessidades diversas do público. Apesar de todas as informações estarem disponíveis no site, muitos preferem se relacionar com a Entidade também de forma presencial, num contato mais direto e humanizado”, ressaltou o Diretor Superintendente.

Os encontros aconteceram em Chapecó, São Miguel do Oeste, Concórdia, Joaçaba, Lages, Rio do Sul, Blumenau, Criciúma, Tubarão, Balneário Camboriú, Joinville e Florianópolis.



Recadastramento Obrigatório de Assistidos e Pensionistas

A Fusesc realiza periodicamente o Recadastramento Obrigatório de seus Participantes e Assistidos. Além de atender o que regem a legislação e o Regulamento dos planos de benefícios, as informações atualizadas são utilizadas para realizar os cálculos atuariais para o pagamento de benefícios, as gestões tributária e legal, promover a comunicação e o relacionamento com o público, dentre outras ações.

Em julho de 2017 a Fusesc iniciou o Recadastramento, que contou com diversas etapas para atingir os diversos públicos da Entidade. Foram enviadas fichas cadastrais por grupos estabelecidos em um cronograma, disponibilizado no site. Para facilitar, na ficha já iam pré-preenchidos os dados constantes no cadastro da Fundação. A divulgação foi realizada em todos os meios de comunicação da Fusesc.



Fusesc presente no VIII Encontro de Previdência Complementar – Região Sul

Mais de 350 pessoas, entre conselheiros, dirigentes e colaboradores das entidades de previdência complementar, além dos patrocinadores dos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande de Sul, participaram do VIII Encontro de Previdência Complementar – Região Sul. O evento, que aconteceu em julho de 2017, foi realizado pela Associação Catarinense das Entidades de Previdência Complementar (ASCPrev) e trouxe como tema “Previdência Complementar: Oportunidades e Confiabilidade”.



O Diretor Superintendente da Fusesc, José Manoel de Oliveira, na época também Diretor Presidente da ASCPrev, abriu o evento destacando que, no cenário atual, a poupança complementar é ainda mais importante e vem como uma excelente alternativa para as pessoas desfrutarem de uma renda que possibilite mais tranquilidade na aposentadoria. Especialistas de diversas áreas, apresentaram assuntos relacionados ao tema do Encontro em painéis e palestras nos dois dias do evento.

Planejamento Estratégico – Fusesc trabalhando no presente para garantir o futuro

O Planejamento Estratégico é uma importante ferramenta de gestão, que possibilita estabelecer necessidades e prioridades. Por isso, desde julho do ano passado, a Fusesc vem trabalhando no Planejamento Estratégico para o período de 2018 – 2027. No documento, são determinados objetivos estratégicos e planos de ação para cada um desses objetivos, em reuniões de trabalho que envolvem o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva, o Comitê de Gestão da Fusesc e a Consultoria Instituto Foco, contratada para auxiliar no aprimoramento do processo. Alguns dos objetivos são superar a meta atuarial, sistematizar a gestão de riscos operacionais, manter otimizadas as despesas administrativas, avaliar e desenvolver competências, fortalecer a atuação institucional no segmento, levantar a viabilidade de abertura da entidade para criação de novos planos de benefícios, dentre outros.



Planejar representa um sólido compromisso com a sobrevivência e desenvolvimento da Entidade e dos planos de benefícios no curto e longo prazos, buscando determinar a direção que melhor assegure esse propósito. Desta forma, a Fusesc estará ainda mais preparada para alcançar os objetivos traçados para o presente e o futuro.

38º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão

Diretores e conselheiros da Fusesc participaram da 38ª edição do Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, promovida pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), entre 04 e 06 de outubro, em São Paulo/SP, no Transamérica Expo Center. O evento trouxe como tema “Uma Nova Realidade: Previdência Complementar para Todos”



José Manoel de Oliveira - Diretor Superintendente da Fusesc foi convidado pela Abrapp para participar do Congresso. Francisco Carlos de Oliveira - Presidente do Conselho Fiscal, José Carlos da Silva e Odinir Bonissoni membros do Conselho Deliberativo, Marcos Anderson Treitinger - Diretor Financeiro, Ernesto Montibeller Filho - Gerente de Investimentos, José Luiz Dias - Gerente de Seguridade e João Carlos Silveira dos Santos - Gerente de Contabilidade, representaram a Entidade no evento.

Diretor Superintendente da Fusesc encerra com sucesso gestão como Presidente da ASCPrev

Eleito para a gestão 2016/2017 da Associação Catarinense das Entidades de Previdência Complementar (ASCPrev), o Diretor Superintendente da Fusesc, José Manoel de Oliveira, encerrou em dezembro de 2017 o seu mandato como presidente da associação. Nestes dois anos de gestão, diversas ações foram realizadas, com destaque para o VIII Encontro de Previdência Complementar – Região Sul.



Também foi nesta gestão que começou o Treinamento In Company - Exercício da Função de Conselheiro, que é fruto de um contrato entre a associação e a Universidade Corporativa da Previdência Complementar (UniAbrapp). Foram realizadas três edições do treinamento, duas em 2016 e uma em 2017, que tiveram como objetivo principal capacitar conselheiros para a certificação. Além destes cursos, foram promovidos outros, eventos e palestras com o objetivo de fomentar o conhecimento dos profissionais, conselheiros e diretores de suas associadas. E, em janeiro de 2017, a associação deu boas-vindas a duas novas associadas: a SCPPrev e a Sul Previdência.

Destacada pelas suas ações e união em prol de melhorias para as entidades associadas e seus públicos, a ASCPrev recebeu premiações pelo seu Programa de Educação Financeira e Previdenciária A Escolha Certa, reconhecida e elogiada nacionalmente.

Entre 2016 e 2017 a ASCPrev proporcionou a certificação de 103 conselheiros de diversas entidades, capacitou mais de 300 profissionais, creditando 26 pontos para o PEC-ICSS nos eventos e módulos de cursos e, com as três edições do InCompany, promoveu 212 horas de treinamento.

Aprovadas Política de Investimento dos Planos – 2018 a 2022

O Conselho Deliberativo da Fusesc aprovou a revisão anual das Políticas de Investimento dos planos de benefícios: Benefício I, Multifuturo I, Multifuturo II e Plano Administrativo, com vigência até dezembro de 2022.

Nestes documentos estão contidos princípios, metodologias e parâmetros que buscam garantir, ao longo do tempo, segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos dos planos, bem como evitar a exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos do Plano.



Estão em plena conformidade com a Legislação vigente, que “dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas EFPC”. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 60 meses, que se estende até dezembro de 2022, conforme especifica a Resolução CGPC Nº 7, de 4 de dezembro de 2003.

Comunicação e Relacionamento

Canais de Comunicação e Relacionamento da Fusesc

A Fusesc disponibiliza diversos canais para que participantes e assistidos possam obter orientações sobre os planos de benefícios, regulamentos, esclarecerem dúvidas a respeito da concessão de aposentadoria, simular e contratar empréstimos, dentre outras. Confira:

Site - www.fusesc.com.br - O site disponibiliza o Espaço Transparência, que facilita o rápido acesso ao Estatuto, Regulamentos dos Planos, Manual do Participante, Demonstrativos Atuariais, Relatórios Anuais, Código de Conduta e Ética, Legislação, Prestação de Contas, entre outras informações. Lá também ficam disponíveis, os jornais Notícias da Fusesc, lâminas de rentabilidade e de seguridade, notícias, entre outras informações. Também é possível mandar mensagens na área de Contato. Na área de Autoatendimento, é possível visualizar o contracheque, extrato do saldo de conta, realizar atualizações cadastrais, fazer a simulação e contratação de empréstimos.



E-mail - central@fusesc.com.br - Basta mandar uma mensagem para o endereço de e-mail, os atendentes irão responder com a maior brevidade possível.

Central de Atendimento – atendimento telefônico e presencial – No horário de atendimento das 8h00 às 17h00 horas, sem intervalo de almoço, os atendentes da Central estão disponíveis no telefone 0800 48 3000 (ligação gratuita) ou para atendimento presencial na sede da Fundação, na Rua Dom Jaime Câmara, 217, térreo - Centro – Florianópolis/SC.

Jornal Notícias da Fusesc - No jornal trimestral, são publicadas notícias para acompanhamento das informações dos planos, gestão, segmento financeiro e previdenciário, entre outras.

Newsletter da Fusesc - Enviada por e-mail e com periodicidade quinzenal, é um canal de informações ágil.

Mensagens por SMS - As mensagens são enviadas para o celular cadastrado na Entidade, quando é necessário informar com rapidez sobre assuntos relevantes.

Total de atendimentos em 2017 **14.268**

Realizados por telefone, e-mail e presenciais

Educação Financeira e Previdenciária - Programa A Escolha Certa



Desenvolvido pela Fusesc e demais entidades que fazem parte da Associação Catarinense das Entidades de Previdência Complementar (ASCPrev), o Programa integrado de educação financeira e previdenciária A Escolha Certa difunde os conceitos da previdência complementar, promove a educação e a conscientização financeira e estimula a poupança de longo prazo.

Portal: www.aescolhacerta.com.br

Facebook: www.facebook.com/programaaescolhacerta

Ações do Programa em 2017

Recordar é viver

No mês das mães o A Escolha Certa preparou uma ação especial, o concurso Recordar é viver. Para participar, bastava inserir uma foto de um momento especial entre mãe e filho(a).

Dois participantes de cada entidade que integra o programa foram sorteados e cada um ganhou um porta retrato personalizado.

Na Fusesc, foram sorteadas Ana Paula Wanderlind Gorges e Bruna Maciel da Silva.



Concurso cultural A Voz da Experiência

Em comemoração ao dia do Jovem, o programa promoveu o concurso cultural “A Voz da Experiência”. Os melhores conselhos de cada entidade ganharam um brinde. Confira as mensagens aos jovens dos vencedores da Fusesc:

Nossa dica para os Jovens...

FUSESC
a escolha certa

A Voz da Experiência Concurso

“ Viva com 85% do que você ganha. Os outros 15% faça uma poupança de resultados futuros num fundo de previdência. Dos seus 85% use um pouco para seu lazer, férias com a família e atividades que te tragam felicidade. Assim você viverá bem e se aposentará bem. ”

José Roberto Scarpetta Alves
Participante da FUSESC - vencedor do concurso.

13 de Abril
Dia do Jovem

Nossa dica para os Jovens...

FUSESC
a escolha certa

A Voz da Experiência Concurso

“ O conselho é: Jovens, vivam com todo o seu coração o momento presente e reserve parte de seu orçamento para o futuro. Simples, mas profundo! Implica em viver e construir o seu hoje com amor, foco e responsabilidade e o amanhã será consequência. Seja o protagonista de sua vida! ”

Debora dos Reis Silva dos Santos
Participante da FUSESC - vencedora do concurso.

13 de Abril
Dia do Jovem

Quiz Minuto da Previdência

Para promover a ação Minuto da Previdência o programa trouxe quatro rodadas de um Quiz. Em cada edição foi lançado um vídeo e após assistir, os participantes deveriam responder perguntas relacionadas.

Os respondentes concorreram ao sorteio de um mini cofre eletrônico e um livro em cada rodada. Da Fusesc, foram sorteados os participantes João Adolar Correia Lopes, Dirce Maria Delazeri, Salete Maria dos Santos Mello, Magda Wegner Silva, Carla Jaroseski, Lucio Tramontin, Waldemar Morriesen Junior e Ana Paula Wanderlind Gorges.

Assista aos vídeos e aprenda sobre previdência complementar, basta acessar o canal www.youtube.com/kprev13.



Poupar: Papo de família



Educar é preparar para os desafios da vida. Por este motivo, a educação financeira de uma criança vai além dos conceitos econômicos. O caminho mais fácil começa desde cedo, principalmente em relação a segurança financeira. Pensando nisto, o A Escolha Certa criou o concurso “Poupar: Papo de Família” para estimular a educação financeira na infância. O vencedor da Fusesc foi Miguel Wanderlind Gorges, que recebeu um Jogo da Mesada para estimular a educação financeira infantil.

Educação para o futuro

O programa lançou diversos vídeos em 2017, incluindo materiais de orientação sobre os benefícios na declaração de Imposto de Renda para participantes dos planos de previdência complementar e um vídeo institucional. No final do ano, o A Escolha Certa lançou uma produção sobre a educação para o futuro, com desenhos de crianças sobre o assunto. Para assistir, acesse www.youtube.com/kprev13.



Gestão de Seguridade

A Seguridade é responsável pelas etapas de vinculação do Participante com o plano de benefícios, desde sua adesão até o encerramento do benefício de previdência complementar. A arrecadação, concessão, manutenção dos benefícios, atualização e manutenção dos dados cadastrais, a gestão das premissas atuariais, fazem parte desta gestão.

Atendimentos



Em 2017

90	benefícios concedidos
36	pensões concedidas
53	óbitos registrados
15	resgates realizados
03	portabilidades
29	pessoas que optaram pelo BPD
05	pagamentos a herdeiros



R\$ 158.869.678,25

benefícios pagos aos Assistidos e Pensionistas



R\$ 34.944.775,80

contribuições recebidas

Atuária

A área atuarial é responsável por fazer a constante avaliação dos planos de benefícios, visando manter assim seu equilíbrio técnico. Entre as atividades desenvolvidas pela área a definição das taxas de contribuição, o cálculo das reservas matemáticas necessárias para realizar o pagamento dos benefícios previstos nos planos e a averiguação se os cálculos estão adequados às características da massa de participantes de cada plano.

Plano de Benefícios I

Benefícios - A Fusesc pagou R\$ 58 milhões de benefícios aos seus assistidos e pensionistas do Plano de Benefícios I em 2017. É a Fundação cumprindo a sua principal função que é prover a complementação de aposentadoria a quem se planejou para usufruir desse benefício.

Participantes e Assistidos - Ao final de dezembro de 2017 o Plano de Benefícios I tinha o total de 1.397 participantes, entre assistidos, pensionistas e ativos.

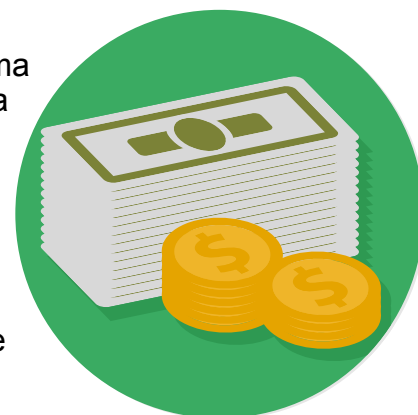


Gestão de Investimentos

Plano de Benefícios I tem rentabilidade de 8,44% em 2017

Para buscar e manter bons resultados, a Fusesc trabalha com uma política de investimentos conservadora, que prioriza mais segurança e menos riscos. O Plano de Benefícios tem um montante de R\$ 678 milhões, com 78,45% dos investimentos em Renda Fixa, 8,26% em Imóveis, 7,64% em Investimentos Estruturados, 2,8% em Empréstimos e 3,37% em Renda Variável - dados de dezembro/2017.

Com esta distribuição, mesmo com as incertezas nos campos político e econômico o Plano de Benefícios I alcançou uma rentabilidade de 8,44% em 2017.



Patrimônio – O Plano de Benefícios I encerrou o ano de 2017 com R\$ 678 milhões de recursos investidos, sendo R\$ 63 milhões de superávit. As despesas totais foram na ordem de R\$ 3 milhões.

Resultados dos investimentos em 2017

Em 2017 o desemprego continuou alto, o consumo se manteve baixo e a inflação ficou por volta de 3%. No início de 2017 já era esperado um ano difícil por conta da crise política, das investigações e as dificuldades do Governo em aprovar as reformas mais urgentes. Porém, a Fusesc se preparou posicionando as carteiras de investimentos em ativos de baixo risco e com boas rentabilidades, para não só bater, mas, também, superar a meta atuarial.

O mercado imobiliário continuou sofrendo com os impactos da economia, que vem provocando há alguns anos uma expressiva desvalorização no preço dos aluguéis. O resultado disso é que muitos imóveis, disponíveis para locação, estão desocupados.



Mesmo diante de tantas adversidades, a meta atuarial foi superada. Os planos da Fusesc estão saudáveis, com uma gestão competente e adequada à massa de participantes de cada plano, e assim, a Fundação tem a tranquilidade de comprovar que todos os planos possuem reservas suficientes para pagar os benefícios previstos.

A Fusesc ressalta que, no acompanhamento da rentabilidade dos planos de benefícios de previdência complementar, é sempre importante considerar no mínimo um período de 12 meses, já que a análise de meses isolados não permite uma percepção adequada.

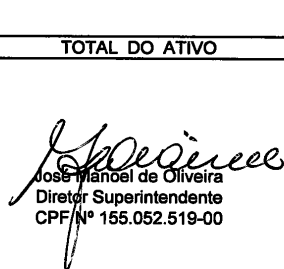
1. Demonstrações Contábeis

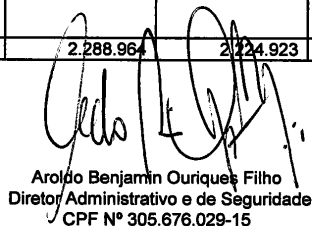
1.1. Balanço Patrimonial

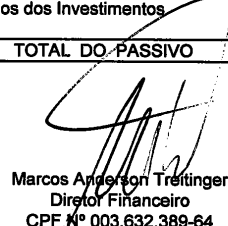
Em 31 de dezembro.

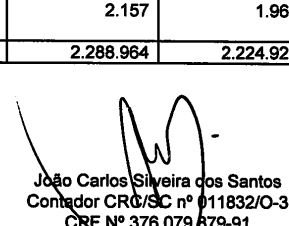
Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL					
Sigla: FUSESC			C.N.P.J.: 83.564.443/0001-32		
R\$ mil					
ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
<u>DISPONÍVEL</u>	<u>84</u>	<u>48</u>	<u>EXIGÍVEL OPERACIONAL</u>	<u>3.031</u>	<u>2.479</u>
			Gestão Previdencial	1.916	1.563
<u>REALIZÁVEL</u>	<u>2.288.628</u>	<u>2.224.602</u>	Gestão Administrativa	995	829
Gestão Previdencial	15.281	14.548	Investimentos	120	87
Gestão Administrativa	3.187	2.126			
Investimentos	2.270.160	2.207.928	<u>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</u>	<u>46.932</u>	<u>47.675</u>
Títulos Públicos	1.321.090	1.446.025	Gestão Previdencial	43.855	45.638
Créditos Privados e Depósitos	10.821	10.762	Gestão Administrativa	3.057	2.019
Fundos de Investimento	708.311	517.677	Investimentos	20	18
Investimentos Imobiliários	160.565	165.856			
Empréstimos e Financiamentos	69.373	67.608	<u>PATRIMÔNIO SOCIAL</u>	<u>2.239.001</u>	<u>2.174.769</u>
			Patrimônio de Cobertura do Plano	2.120.943	2.064.942
			Provisões Matemáticas	1.984.370	1.966.460
<u>PERMANENTE</u>	<u>252</u>	<u>273</u>	Benefícios Concedidos	1.482.119	1.472.924
Imobilizado	237	247	Benefícios a Conceder	502.251	493.536
Intangível	15	26			
			Equilíbrio Técnico	136.573	98.482
			Resultados Realizados	136.573	98.482
			Superávit Técnico Acumulado	136.573	98.482
			Fundos	118.058	109.827
			Fundos Previdenciais	20.352	18.171
			Fundos Administrativos	95.549	89.693
			Fundos dos Investimentos	2.157	1.963
TOTAL DO ATIVO	2.288.964	2.224.923	TOTAL DO PASSIVO	2.288.964	2.224.923


José Manoel de Oliveira
Diretor Superintendente
CPF Nº 155.052.519-00


Aroldo Benjamin Ouriques Filho
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF Nº 305.676.029-15


Marcos Anderson Treitinger
Diretor Financeiro
CPF Nº 003.632.389-64



João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC nº 011832/O-3
CPF Nº 376.079.879-91

1.2. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

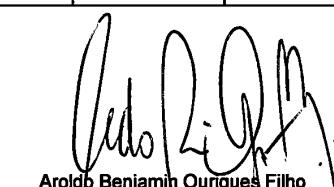
Em 31 de dezembro.

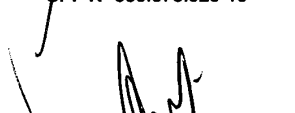
Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL				
Sigla: FUSESC			C.N.P.J.: 83.564.443/0001-32	
DESCRIPÇÃO		2017	2016	R\$ Mil VARIACÃO (%)
A) Patrimônio Social - In�cio do exercício		2.174.769	2.039.188	6,65
1. Adi��es		234.436	300.392	(21,96)
(+)	Contribui��es Previdenciais	32.165	30.387	5,85
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	182.444	239.591	(23,85)
(+)	Reversão Líquida de Conting�ncias - Gestão Previdencial	2.443	10.425	(76,57)
(+)	Receitas Administrativas	8.122	8.122	-
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	9.068	11.540	(21,42)
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	9	(100,00)
(+)	Constituição de Fundos de Investimento	194	318	(38,99)
2. Destinações		(170.204)	(164.811)	3,27
(-)	Benefícios	(158.870)	(153.328)	3,61
(-)	Despesas Administrativas	(11.256)	(11.483)	(1,98)
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(78)	-	100,00
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)		64.232	135.581	(52,62)
(+/-)	Provisões Matemáticas	17.910	95.473	(81,24)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	38.091	28.772	32,39
(+/-)	Fundos Previdenciais	2.181	2.830	(22,93)
(+/-)	Fundos Administrativos	5.856	8.188	(28,48)
(+/-)	Fundos dos Investimentos	194	318	(38,99)
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3)		2.239.001	2.174.769	2,95


José Manoel de Oliveira
Diretor Superintendente
CPF N  155.052.519-00


Marcos Anderson Tre tinger
Diretor Financeiro
CPF N  003.632.389-64


Aroldo Benjamin Ouriques Filho
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF N  305.676.029-15


João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC n  011832/O-3
CPF N  376.079.879-91

1.3. Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios I

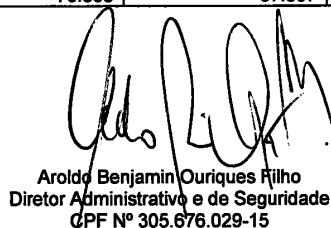
Em 31 de dezembro.


Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL			
Sigla: FUSESC		C.N.P.J.: 83.564.443/0001-32	
DESCRIÇÃO	2017	2016	R\$ Mil VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	708.917	708.303	0,09
Disponível	7	1	600,00
Receável	30.777	29.476	4,41
Investimento	678.133	678.826	(0,10)
Títulos Públicos	452.523	496.715	(8,90)
Créditos Privados e Depósitos	3.608	3.589	0,53
Fundos de Investimento	150.532	104.975	43,40
Investimentos Imobiliários	56.003	57.846	(3,19)
Empréstimos e Financiamentos	15.467	15.701	(1,49)
2. Obrigações	12.170	11.844	2,75
Operacional	588	533	10,32
Contingencial	11.582	11.311	2,40
3. Fundos não Previdenciais	27.484	26.288	4,55
Fundos Administrativos	26.367	25.270	4,34
Fundos dos Investimentos	1.117	1.018	9,72
5. Ativo Líquido (1-2-3)	669.263	670.171	(0,14)
Provisões Matemáticas	606.681	621.420	(2,37)
Superávit/Déficit Técnico	62.582	48.751	28,37
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	62.582	48.751	28,37
b) (+/-) Ajuste de Precificação	7.986	9.086	(12,11)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado =(a+b)	70.568	57.837	22,01


José Manoel de Oliveira
Diretor Superintendente
CPF Nº 155.052.519-00


Marcos Anderson Trautinger
Diretor Financeiro
CPF Nº 003.632.389-64


Aroldo Benjamin Ouriques Filho
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF Nº 305.676.029-15


João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC nº 011832/O-3
CPF Nº 376.879.879-91

1.4. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefícios I

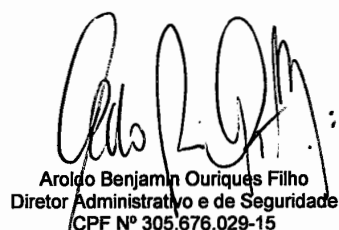
Em 31 de dezembro.

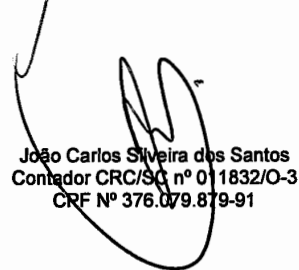
Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL				
Sigla: FUSESC			C.N.P.J.: 83.564.443/0001-32	
R\$ Mil				
DESCRIÇÃO		2017	2016	VARIACÃO (%)
	A) Ativo Líquido - Início do exercício	670.171	639.934	4,73
	1. Adições	57.713	86.657	(33,40)
(+)	Contribuições	2.518	2.414	4,31
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	55.195	75.598	(26,99)
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	8.645	(100,00)
	2. Destinações	(58.621)	(56.420)	3,90
(-)	Benefícios	(58.216)	(56.175)	3,63
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(150)	-	100,00
(-)	Custeio Administrativo	(255)	(245)	4,08
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(908)	30.237	(103,00)
(+/-)	Provisões Matemáticas	(14.739)	14.611	(200,88)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	13.831	15.626	(11,49)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	669.263	670.171	(0,14)
	C) Fundos não previdenciais	27.484	26.288	4,55
(+/-)	Fundos Administrativos	26.367	25.270	4,34
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1.117	1.018	9,72


José Manoel de Oliveira
Diretor Superintendente
CPF N   155.052.519-00


Marcos Anderson Treitinger
Diretor Financeiro
CPF N   003.632.389-64


Aroldo Benjamin Ouriques Filho
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF N   305.676.029-15



José Carlos Siqueira dos Santos
Contador CRC/SC n   011832/O-3
CPF N   376.079.879-91

1.5. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios I

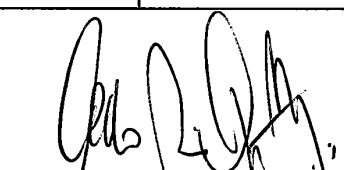
Em 31 de dezembro.

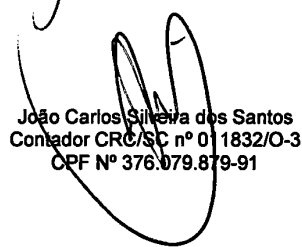
Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL			
Sigla: FUSESC		C.N.P.J.: 83.564.443/0001-32	
DESCRIÇÃO	2017	2016	R\$ Mil VARIÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	682.550	683.033	(0,07)
1. Provisões Matemáticas	606.681	621.420	(2,37)
1.1. Benefícios Concedidos	604.765	620.328	(2,51)
Contribuição Definida	105.736	110.466	(4,28)
Benefício Definido	499.029	509.862	(2,12)
1.2. Benefício a Conceder	1.916	1.092	75,46
Benefício Definido	1.916	1.092	75,46
2. Equilíbrio Técnico	62.582	48.751	28,37
2.1. Resultados Realizados	62.582	48.751	28,37
Superávit técnico acumulado	62.582	48.751	28,37
Reserva de contingência	62.582	48.751	28,37
3. Fundos	1.117	1.018	9,72
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.117	1.018	9,72
4. Exigível Operacional	588	533	10,32
4.1. Gestão Previdencial	554	510	8,63
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	34	23	47,83
5. Exigível Contingencial	11.582	11.311	2,40
5.1. Gestão Previdencial	11.582	11.311	2,40


José Manoel de Oliveira
Diretor/Superintendente
CPF Nº 155.052.519-08


Marcos Anderson Treilinger
Diretor Financeiro
CPF Nº 003.632.389-64


Aroldo Benjamin Ouriques Filho
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF Nº 305.676.029-15



João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC nº 01832/O-3
CPF Nº 376.079.879-91

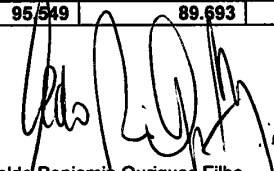
1.6. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)

Em 31 de dezembro.

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL			
Sigla: FUSESC		C.N.P.J.: 83.564.443/0001-32	
		R\$ Mil	
DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	89.693	81.505	10,05
1. Custeio da Gestão Administrativa	17.190	19.662	(12,57)
1.1. Receitas	17.190	19.662	(12,57)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.780	2.656	4,67
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.914	5.053	(2,75)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	428	413	3,63
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	9.068	11.540	(21,42)
2. Despesas Administrativas	(11.256)	(11.483)	(1,98)
2.1. Administração Previdencial	(6.342)	(6.429)	(1,35)
Pessoal e encargos	(3.929)	(3.731)	5,31
Treinamentos/congressos e seminários	(29)	(30)	(3,33)
Viagens e estadias	(33)	(41)	(19,51)
Serviços de terceiros	(1.114)	(1.244)	(10,45)
Despesas gerais	(632)	(699)	(9,59)
Depreciações e amortizações	(52)	(67)	(22,39)
Tributos	(553)	(617)	(10,37)
2.2. Administração dos Investimentos	(4.914)	(5.054)	(2,77)
Pessoal e Encargos	(3.193)	(3.141)	1,66
Treinamentos/congressos e seminários	(25)	(29)	(13,79)
Viagens e estadias	(29)	(36)	(19,44)
Serviços de terceiros	(684)	(716)	(4,47)
Despesas gerais	(483)	(566)	(14,66)
Depreciações e amortizações	(43)	(56)	(23,21)
Tributos	(457)	(510)	(10,39)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(78)	9	(966,67)
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	5.856	8.188	(28,48)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	5.856	8.188	(28,48)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	95.549	89.693	6,53


José Manoel de Oliveira
Diretor Superintendente
CPF Nº 155.052.519-00


Aroldo Benjamin Ouriques Filho
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF Nº 305.676.029-15


Marcos Anderson Treitinger
Diretor Financeiro
CPF Nº 003.632.389-64


João Carlos Siqueira dos Santos
Contador CRC/SC nº 01/1832/O-3
CPF Nº 376.079.879-91

1.7. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Fundação em 31 de outubro de 1977, tendo por finalidade institucional a administração de planos de benefícios previdenciários, por meio de contribuição mensal das Patrocinadoras e de seus Participantes e Assistidos na forma dos Regulamentos dos Planos de Benefícios que administra.

O Estatuto, o Plano de Benefícios original e o funcionamento desta Entidade foram aprovados pela Portaria nº 1.834, de 27 de setembro de 1979 do Ministro de Previdência e Assistência Social – MPAS. Em 03 de setembro de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, atualmente, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, aprovou a alteração do Estatuto vigente da Entidade, conforme Portaria SPC/DETEC/CGAT nº 1.526, publicada no Diário Oficial da União em 05 de setembro de 2007. Esta Entidade é regulada pelas disposições contidas nas Leis Complementares nºs 108 e 109, de 29 de maio de 2001 e patrocinada pelas seguintes empresas:

- Banco do Brasil S.A. (Incorporador do Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC);
- Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC;
- Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC;
- BESC S.A. Corretora de Seguros e Administradora de Bens – BESCOR;
- Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas BESC e CODESC, BADESC e da FUSESC – SIM;
- Fundação Codesc de Seguridade Social – FUSESC.

PLANOS DE BENEFÍCIOS:

A Entidade administra os seguintes Planos de Benefícios:

Plano de Benefícios	CNPB Nº	Modalidade de Benefícios	Patrocínio
BENEFÍCIOS I	1979002665	CV	BANCO DO BRASIL, BADESC, CODESC, BESCOR E FUSESC
MULTIFUTURO I	2002000638	CV	BANCO DO BRASIL
MULTIFUTURO II	2002004692	CV	BADESC, CODESC, BESCOR, SIM E FUSESC

• PLANO DE BENEFÍCIOS I

O Plano de Benefícios I, anteriormente denominado Plano de Benefícios Fuscsc, existente desde o início da Entidade, é estruturado na modalidade de benefício de contribuição variável. Existem neste plano os benefícios suplementares de auxílio-doença, auxílio-reclusão, aposentadorias e pensão por morte, além de pecúlio por morte, na forma prevista na norma regulamentar.

Após alteração regulamentar, no decorrer do exercício de 2007, o plano deixou de ser estruturado na modalidade de benefício definido, passando a ser de contribuição variável em decorrência de previsão regulamentar de recebimento da renda mensal em percentual do saldo de conta.

Em 31 de dezembro de 2017, existiam ainda 03 Participantes, com idade média de 57,00 anos, e 1.403 Assistidos, dos quais 963 em gozo de benefício de aposentadoria, com uma idade média de 71 anos,

431 usufruindo de benefício de pensão por morte, com idade média de 66 anos, e 9 aguardando pensão a conceder.

Não é permitido o ingresso de novos Participantes no Plano de Benefícios I por ser caracterizado como plano em extinção desde 1º de janeiro de 2003.

- **PLANO DE BENEFÍCIOS MULTIFUTURO I**

O Plano de Benefícios Multifuturo I, estruturado na modalidade de contribuição variável, foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, pelo Ofício nº 646/SPC/GAB/COA, de 18 de abril de 2002. O referido plano é patrocinado pelo Banco do Brasil S.A. (Incorporadora do Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC) e foi instituído em junho de 2002.

Em 31 de dezembro de 2017, existiam 2.272 Participantes, com idade média de 41,80 anos, dos quais 2.075 Ativos, 25 aguardando o BPD, 157 em Autopatrocínio, 3 em Auxílio-Doença, 6 aguardando opção de Instituto, 2 aguardando Resgate e 4 falecidos com beneficiários aguardando pensão. Existiam também 3.444 Assistidos, sendo 3.306 em gozo de benefício de aposentadoria, com uma idade média de 60,73 anos, 128 usufruindo pensão por morte, com idade média de 47,14 anos, e 10 aguardando pensão a conceder.

- **PLANO DE BENEFÍCIOS MULTIFUTURO II**

O Plano de Benefícios Multifuturo II, também estruturado na modalidade de contribuição variável, foi aprovado pelo Ofício nº 2.183/SPC/COA, de 20 de dezembro de 2002 e foi instituído em janeiro de 2003. O plano está sendo patrocinado pelas empresas BADESC, BESCOR, CODESC, SIM e pela própria FUSESC.

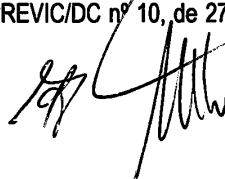

Em 31 de dezembro de 2017, existiam 225 Participantes, com idade média de 48,66 anos, dos quais 200 Ativos, 4 aguardando o BPD 19 em Autopatrocínio e 2 aguardando opção de Instituto. Existiam também 217 Assistidos, sendo 207 em gozo de benefício de aposentados, com idade média de 62,68 anos, e 10 usufruindo pensão por morte, com idade média de 60,90 anos.

Além dos Planos de Benefícios esta Entidade administra o Plano de Gestão Administrativa – PGA que tem como finalidade o registro das atividades da gestão administrativa, em conformidade com o seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo por intermédio da Ata nº 204, de 25 de novembro de 2009.

A escrituração contábil desta Entidade é efetuada de forma a segregar os direitos e obrigações de cada Plano de Benefícios, conforme previsto na legislação vigente.

NOTA 02 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 2017 e 2016 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 (alterada pelas Instruções MPS/PREVIC nº 01, de 22 de março de 2011, nº 05, de 8 de setembro de 2011, nº 10 de 22 de março de 2011, nº 06, de 13 de novembro de 2013, nº 15, de 12 de novembro de 2014, nº 21, de 23 de março de 2015 e nº 25, de 17 de dezembro de 2015), Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, Instrução PREVIC/DC nº 9, de 20 de junho de 2017, Instrução PREVIC/DC nº 10, de 27 de setembro de 2017, Ofício

2  

Circular nº 001/2015/CGMC/DIACE/PREVIC, de 23 de janeiro de 2015, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE nº 11 (alterada a nomenclatura para ITG 2001, conforme Resolução CFC nº 1.329, de 18 de março de 2011), e as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as Gestões Previdencial, Administrativa e o Fluxo dos Investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.

Atendendo as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - DMPS Consolidada, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA Consolidada e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT.

Conforme previsto pelos órgãos normativos, além das características já descritas, os registros contábeis são segregados em duas gestões distintas: a Previdencial e a Administrativa, e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade de suas transações.

NOTA 03 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS

As principais práticas e critérios contábeis adotados para elaboração das presentes demonstrações contábeis foram as descritas a seguir:

a) Registros das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas /Variações Positivas e Deduções/Variações negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, exceto as adições de contribuições dos Participantes autopatrocinados vinculados ao plano de contribuição variável, que são escrituradas pelo regime de caixa.

As Rendas e as Variações Positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre capital próprio são reconhecidas contabilmente a partir da data em que a ação ficar ex-dividendos.

b) Reservas Matemáticas e Fundos da Gestão Previdencial

São apuradas com base em cálculos atuariais, procedidos por atuário externo. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos Participantes e Assistidos.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2017 e 2016, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos Escritórios de Advocacia e pelo Assessor Jurídico da Entidade que patrocinam a defesa nas demandas judiciais.

d) Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base nos valores vencidos e vincendos, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de setembro de 2009.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa foram adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

e) Ativo Realizável

Gestão Previdencial

Registra as contribuições apuradas mensalmente, devidas pelas Patrocinadoras e pelos Participantes e Assistidos.

Gestão Administrativa

Registra os valores a receber vinculados às operações administrativas.

Investimentos

• Renda Fixa

Os títulos de Renda Fixa estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de forma *pro rata* até a data do balanço, liquidados da respectiva provisão, quando aplicável, para redução ao seu valor de realização.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculada à modalidade de aplicação.

Títulos e Valores Mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com a Resolução CGPC nº 04/2002 de janeiro de 2002, passaram a ser registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e são classificados nas seguintes categorias:

Títulos para Negociação: refere-se aos títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição;

Títulos Mantidos até o Vencimento: são classificados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da EFPC de mantê-los em carteira até o vencimento, desde que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 (doze) meses a contar da data de aquisição e que sejam considerados, pela entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias acima passaram a ser avaliados, respectivamente, pelo valor de mercado e pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

- **Renda Variável**

As aplicações no Mercado de Ações são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagens e outras taxas incidentes, sendo avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

As ações que não tenham sido negociadas em Bolsa de Valores por período superior a seis meses, foram avaliadas pelo último valor patrimonial publicado ou custo, prevalecendo o menor. A legislação facultava, ainda, que as ações pudessem ser avaliadas pelo valor econômico determinado por empresa independente especializada, para a avaliação dos valores mobiliários de renda variável de companhias sem mercado ativo em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, com condicionantes e evidenciando o(s) critério(s) em Notas Explicativas. Para as ações consideradas de difícil realização foi constituída provisão para perdas.

Os valores aplicados em Fundos de Investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição, acrescido da valorização da quota até o final do exercício.

- **Investimentos Imobiliários**

Registra os valores aplicados no mercado imobiliário (de uso próprio e aqueles destinados à locação ou participação), bem como os aluguéis ou direitos a receber, inclusive aqueles decorrentes de alienações. Os investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição ajustados por reavaliações efetuadas de acordo com os laudos de avaliação de peritos especializados.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente dos imóveis, apurada no último laudo de reavaliação. A partir de janeiro de 2015, conforme Instrução PREVIC nº 15, de 12 de novembro de 2014, complementada pela Instrução PREVIC nº 21, de 23 de março de 2015, os imóveis não foram mais depreciados mensalmente em função da adoção do critério de reavaliações anuais. A Instrução contempla também as reavaliações a cada três anos, neste caso não dispensa as depreciações mensais.

Os imóveis alienados de forma parcelada estão sendo corrigidos e amortizados conforme as cláusulas estabelecidas nos respectivos contratos, e os imóveis alienados/permutados estão sendo registrados de acordo com as cláusulas pactuadas contratualmente.

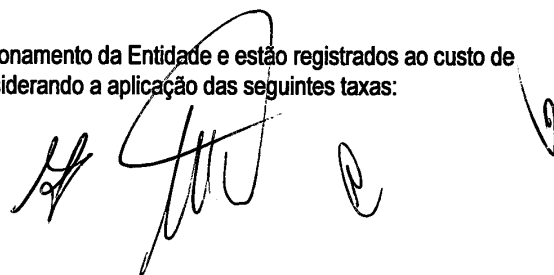
- **Empréstimos e Financiamentos**

Os Empréstimos e Financiamentos representam os empréstimos concedidos a Participantes e Assistidos, acrescidos de atualização monetária e juros pactuados, líquidos das devidas provisões para fazer frente a possíveis perdas na realização dos créditos.

f) Ativo Permanente

- **Imobilizado**

Representa os bens móveis necessários ao funcionamento da Entidade e estão registrados ao custo de aquisição e depreciados pelo método linear, considerando a aplicação das seguintes taxas:



DESCRIÇÃO	TAXAS
Computadores e periféricos	20% a.a.
Veículos	20% a.a.
Instalações	10% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.
Máquinas e equipamentos	10% a.a.
Equipamentos de Informática	20% a.a.
Softwares	20% a.a.
Ventiladores – Refrigeradores de AR	25% a.a.

- **Intangível**

Representa os gastos com desenvolvimento de sistemas da Entidade e estão registrados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear, considerando a aplicação da taxa de 20% ao ano.

g) Provisão de Férias, 13º Salário e respectivos encargos

São provisionadas no Plano de Gestão Administrativa, segundo o regime de competência, as férias vencidas e proporcionais, o adicional de um terço de férias e o 13º salário acrescidos dos seus respectivos encargos sociais.

h) Exigível Contingencial

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais promovidas em face da Entidade. É constituída e atualizada por intermédio de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, e normatizada pelos Órgãos Estatutários da Entidade, aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio da Ata nº 252, de 27/09/2012, além de adotar os seguintes critérios: efetivar o registro da provisão no passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem; e existindo depósito judicial, conforme previsto na Instrução MPS/PREVIC nº 5, de 08 de setembro de 2011, estão sendo registrados em contas do ativo dentro dos seus respectivos grupos: Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

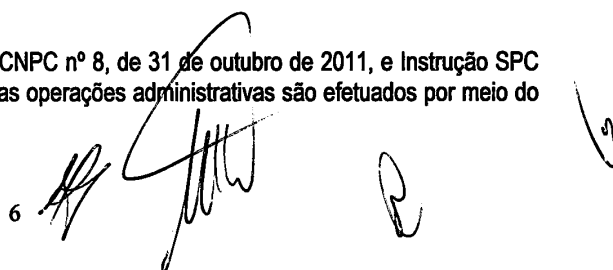
i) Receitas Administrativas

De acordo a legislação vigente, Instrução SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, as receitas administrativas são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente, que, conforme previsto atuarialmente, para os exercícios de 2017 e 2016 está assim representado:

- Plano de Benefício I: percentual de 5% sobre as receitas de contribuições mensais para os Assistidos na modalidade de benefício definido e de 1% para os Assistidos que optaram para a modalidade de renda variável, sobre o valor do benefício.
- Plano de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II: percentual de 0,33%, por parte da Patrocinadora e dos Participantes, sobre o salário de contribuição, enquanto que para os Assistidos o custeio administrativo é de 1% sobre o valor do benefício.

j) Operações Administrativas

Atendendo a legislação vigente, Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

6 

O Plano de Gestão Administrativa – PGA é constituído pelas receitas Previdenciais, de Investimentos e Diretas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefício Previdencial.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano a Entidade utiliza o seguinte critério:

- **Receitas:** Alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- **Despesas Específicas:** Alocadas diretamente ao plano que as originou;
- **Despesas Comuns:** Utilização de critério de rateio de equivalência patrimonial pelo Fundo Administrativo de cada plano levando-se em consideração o saldo contábil do ano anterior.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

k) Ajustes e eliminações à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes

De acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução MPS/ SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, foram realizados os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis. As contas passíveis desses ajustes e eliminações, dentre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”. Os ajustes foram realizados no balancete consolidador conforme detalhamento na NOTA 10 – Ajustes e Eliminações de Consolidações.

l) Detalhamento dos saldos das contas que contenham a denominação “Outros”, quando ultrapassarem, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas

De acordo com o item 30 do Anexo A da Instrução MPS/ SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, item k), os saldos das contas que representam acima de 10% dos seus respectivos grupos, apesar de não estarem demonstrados nas demonstrações contábeis cabe um detalhamento por Plano de Benefícios, como segue: Plano de Benefícios I – conta 2119 Outras Exigibilidades da Gestão Previdencial corresponde ao saldo da conta no valor de R\$ 129 mil (23,44%), (R\$ 139 mil em 2016 (26,09%)) refere-se a credores diversos no valor de R\$ 9 mil (R\$ 9 mil em 2016), custeio administrativo no valor de R\$ 121 mil (R\$ 121 mil em 2016) e outros (ajustes de alocação entre planos compensado no início do mês seguinte no valor de R\$ 9 mil em 2016); Plano Multifuturo I – conta 2119 Outras Exigibilidades da Gestão Previdencial corresponde ao saldo da conta no valor de R\$ 516 mil (30,09%), (R\$ 439 mil em 2016 (30,85%)), refere-se a credores diversos no valor de R\$ 38 mil (R\$ 37 mil em 2016), custeio administrativo no valor de R\$ 356 mil (R\$ 347 mil em 2016) e outros (ajustes de alocação entre planos compensado no início do mês seguinte) no valor de 122 mil (R\$ 54 mil em 2016); Plano Multifuturo II – conta 2119 Outras Exigibilidades da Gestão Previdencial corresponde ao saldo da conta no valor de R\$ 82 mil (25,03%), (R\$ 71 mil em 2016 (24,30%)), refere-se ao custeio administrativo no valor de R\$ 70 mil (R\$ 71 mil em 2016) e outros (ajustes de alocação entre planos compensado no início do mês seguinte no valor de R\$ 12 mil), e Plano de Gestão Administrativa – PGA – conta 122199 Outros Recursos a Receber da Gestão Administrativa no valor de R\$ 426 mil (77,94%), (R\$ 417 mil em 2016 (77,40%)) refere-se ao custeio administrativo.

NOTA 04 – ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Composição Consolidada da Carteira de Investimentos da Entidade estava assim representada:

7 

DESCRIÇÃO	2017	2016
TÍTULOS PÚBLICOS	1.321.090	1.446.025
Títulos Públicos Federal	1.321.090	1.446.025
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	10.821	10.762
Companhias Abertas	10.821	10.762
FUNDO DE INVESTIMENTO	708.311	517.677
Renda Fixa	5.047	5.263
Ações	66.585	52.363
Multimercado	589.761	417.309
Direitos Creditórios	4.622	8.350
Participações	24.996	18.675
Imobiliário	17.300	15.717
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	160.565	165.856
Edificações	127.769	132.361
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários	32.796	33.495
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	69.373	67.608
Empréstimos	69.373	67.608
TOTAL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	2.270.160	2.207.928

A Entidade administra seus Planos de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa - PGA de forma individualizada (segregação real), sendo que para os Investimentos Imobiliários utiliza critério de distribuição percentual, por Plano de Benefícios, na proporção dos seus patrimônios, data base 31 de dezembro de 2008.

O saldo das debêntures de emissão da Hauscenter, deduzido das provisões para perdas, em 2017 é de R\$ 10.821 mil (R\$ 10.762 mil em 2016).

Atendendo a legislação vigente foram constituídas as seguintes provisões para fazer frente a valores de difícil realização:

- a) Créditos Privados e Depósitos – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 11.998 mil (R\$ 11.661 mil em 2016), conforme relacionado a seguir:
- O saldo da provisão das debêntures de emissão da Buettner é de R\$ 3.738 mil (R\$ 3.259 mil em 2016). As debêntures foram provisionadas em 100%, tendo em vista que esta apresentou plano de recuperação judicial e posteriormente teve sua falência decretada. A Entidade vem acompanhando o desdobramento da falência e tomando todas as medidas judiciais para recuperação dos valores envolvidos;
 - O saldo da provisão das debêntures de emissão da Hauscenter é de R\$ 4.417 mil (R\$ 4.559 mil em 2016). As debêntures estão atreladas à participação de imóveis no World Trade Center de São Paulo e sua última avaliação foi feita no exercício de 2017 onde foi atualizado o provisionamento, passando de 16,80% para 29,01% levando-se em consideração o laudo de avaliação do imóvel e o Patrimônio Social da Hauscenter. As debêntures estão sendo corrigidas e o provisionamento está sendo atualizado pelo mesmo valor da correção das debêntures;
 - O saldo da provisão das debêntures de emissão da Teka é de R\$ 3.843 mil (R\$ 3.843 mil em 2016). Foi provisionado o saldo de 100% do valor a receber das debêntures de emissão da Teka – Tecelagem Kuehnrich S.A., tendo em vista que esta apresentou plano de recuperação judicial. A Entidade vem acompanhando o desdobramento do plano de recuperação judicial e tomando todas as medidas judiciais para recuperação dos valores envolvidos, devidamente atualizados nos termos da escritura das debêntures.

- b) Ações – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 450 mil (R\$ 450 mil em 2016), conforme relacionado a seguir:
- O saldo da provisão das ações de emissão da Cia Lorenz é de R\$ 450 mil (idem em 2016). As ações foram provisionadas em 100% do valor de mercado, em razão da empresa estar em processo falimentar.
- c) Investimentos Imobiliários – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 2.344 mil (R\$ 2.032 mil em 2016). As provisões foram constituídas para os valores registrados como aluguéis vencidos, impostos e taxas a receber e alienações a receber. Tais valores estão sendo objetos de negociação e/ou cobrança judicial.
- d) Operações com Participantes – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 959 mil (R\$ 835 mil em 2016). As provisões foram constituídas para os mutuários com empréstimos vencidos que se desligaram das patrocinadoras e não solicitaram benefício na Entidade e Participantes e Assistidos com prestações em atrasos. Os valores estão sendo objetos de negociação com os Participantes e/ou cobrança judicial.

4.1 – RENDA FIXA - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO FEDERAL, CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS E FUNDOS DE INVESTIMENTO

A composição dos Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos e Fundos de Investimentos, por Plano de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa, estavam assim representados:

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIOS I		MULTIFUTURO I	
	2017	2016	2017	2016
TÍTULOS PÚBLICOS	452.523	496.715	677.950	742.292
Títulos Públicos Federal	452.523	496.715	677.950	742.292
Notas do Tesouro Nacional	438.962	478.496	584.861	649.290
Letras do Tesouro Nacional	13.561	18.219	93.089	93.002
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	3.608	3.589	5.772	5.740
Companhias Abertas	3.608	3.589	5.772	5.740
Debêntures não Conversíveis	3.608	3.589	5.772	5.740
FUNDOS DE INVESTIMENTO	150.532	104.975	404.523	296.620
Renda Fixa	1.622	1.692	2.668	2.782
Ações	22.864	17.981	33.998	26.736
Multimercado	110.044	70.867	342.916	244.318
Direitos Creditórios	1.294	2.495	2.293	4.297
Participações	8.702	6.486	13.021	9.736
Imobiliário	6.006	5.454	9.627	8.751
TOTAL	606.663	605.279	1.088.245	1.044.652

DESCRIÇÃO	MULTIFUTURO II		PGA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
TÍTULOS PÚBLICOS	145.962	156.835	44.655	50.183	1.321.090	1.446.025
Títulos Públicos Federal	145.962	156.835	44.655	50.183	1.321.090	1.446.025
Notas do Tesouro Nacional	122.907	134.162	39.009	44.320	1.185.739	1.306.267
Letras do Tesouro Nacional	23.055	22.673	5.646	5.863	135.351	139.758
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	991	985	450	448	10.821	10.762
Companhias Abertas	991	985	450	448	10.821	10.762
Debêntures não Conversíveis	991	985	450	448	10.821	10.762
FUNDOS DE INVESTIMENTO	102.950	77.193	50.306	38.889	708.311	517.677
Renda Fixa	505	526	252	263	5.047	5.263
Ações	6.963	5.476	2.760	2.170	66.585	52.363
Multimercado	90.507	66.415	46.294	35.709	589.761	417.309
Direitos Creditórios	1.035	1.558	-	-	4.622	8.350
Participações	2.273	1.706	1.000	747	24.996	18.675
Imobiliário	1.667	1.512	-	-	17.300	15.717
TOTAL	249.903	235.013	95.411	89.520	2.040.222	1.974.464

As variações são decorrentes de alocações de recursos entre os segmentos de investimentos, aplicações, resgates e valorização dos investimentos.

4.2 – TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO E TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Atendendo a Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, com as alterações promovidas pela Resolução CGPC nº 08, de 19 de junho de 2002, Resolução CGPC nº 15, de 23 de agosto de 2005, e demais atualizações, os títulos e valores mobiliários mantidos pela Entidade, passíveis de classificação nas categorias de títulos mantidos até o vencimento e para negociação na carteira própria e de fundos dirigidos exclusivamente a investidores institucionais são demonstrados a seguir:

a) Composição das Carteiras e Prazos de Vencimento:

Títulos	2017			2016
	Até 360 Dias	Acima de 360	Total	Total
CARTEIRA PRÓPRIA	-	1.331.911	1.331.911	1.456.787
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	-	1.321.090	1.321.090	1.446.025
Notas do Tesouro Nacional	-	1.185.739	1.185.739	1.306.267
Letras do Tesouro Nacional	-	135.351	135.351	139.758
Créditos Privados e Depósitos	-	10.821	10.821	10.762
Debêntures	-	10.821	10.821	10.762
FUNDOS EXCLUSIVOS	22.425	428.416	450.841	350.722
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	22.425	152.549	174.974	130.076
Letras Financeiras do Tesouro	-	94.963	94.963	9.380
Letras do Tesouro Nacional	22.425	57.586	80.011	120.696
Créditos Privados e Depósitos	-	275.867	275.867	220.646
Certificado Depósito Bancário - CDB	-	11.563	11.563	10.509
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	-	19.639	19.639	26.401
Letras Financeiras	-	187.466	187.466	136.117
Debêntures	-	57.199	57.199	47.619
TOTAL	22.425	1.760.327	1.782.752	1.807.509

b) Composição por Tipo de Papel:

Títulos	2017	
	Custo	Mercado
Títulos para Negociação	424.166	424.166
Letras Financeiras do Tesouro (Fundos Exclusivos)	94.963	94.963
Letras do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	80.011	80.011
DPGE (Fundos Exclusivos)	19.639	19.639
Letras Financeiras (Fundos Exclusivos)	149.970	149.970
Debêntures (Carteira Própria)	10.821	10.821
Debêntures (Fundos Exclusivos)	57.199	57.199
CDB (Fundos Exclusivos)	11.563	11.563
Títulos Mantidos Até o Vencimento	1.358.586	1.474.448
Notas do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	1.185.739	1.297.393
Letras do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	135.351	138.822
Letras Financeiras (Fundos Exclusivos)	37.496	38.233
TOTAL	1.782.752	1.898.614

c) Composição por Tipo de Papel por Plano de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa - PGA:

Títulos	BENEFÍCIOS I		MULTIFUTURO I	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos para Negociação	70.361	70.361	248.217	248.217
Letras Financeiras do Tesouro (Fundos Exclusivos)	15.336	15.336	55.700	55.700
Letras do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	12.921	12.921	46.930	46.930
DPGE (Fundos Exclusivos)	3.172	3.172	11.519	11.519
Letras Financeiras (Fundos Exclusivos)	24.219	24.219	87.964	87.964
Debêntures (Carteira Própria)	3.608	3.608	5.772	5.772
Debêntures (Fundos Exclusivos)	9.237	9.237	33.550	33.550
CDB (Fundos Exclusivos)	1.868	1.868	6.782	6.782
Títulos Mantidos Até o Vencimento	458.578	490.523	699.943	765.469
Notas do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	438.962	470.525	584.861	647.496
Letras do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	13.561	13.824	93.089	95.547
Letras Financeiras (Fundos Exclusivos)	6.055	6.174	21.993	22.426
TOTAL	528.939	560.884	948.160	1.013.686

Títulos	MULTIFUTURO II		PGA	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos para Negociação	68.425	68.425	37.163	37.163
Letras Financeiras do Tesouro (Fundos Exclusivos)	15.492	15.492	8.435	8.435
Letras do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	13.053	13.053	7.107	7.107
DPGE (Fundos Exclusivos)	3.204	3.204	1.744	1.744
Letras Financeiras (Fundos Exclusivos)	24.467	24.467	13.320	13.320
Debêntures (Carteira Própria)	991	991	450	450
Debêntures (Fundos Exclusivos)	9.332	9.332	5.080	5.080
CDB (Fundos Exclusivos)	1.886	1.886	1.027	1.027
Títulos Mantidos Até o Vencimento	152.079	166.402	47.986	52.054
Notas do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	122.907	136.511	39.009	42.861
Letras do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	23.055	23.654	5.646	5.797
Letras Financeiras (Fundos Exclusivos)	6.117	6.237	3.331	3.396
TOTAL	220.504	234.827	85.149	89.217

A Entidade encaminhou declaração ao banco responsável pela custódia e controle dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria e das carteiras de fundos dirigidos exclusivamente a investidores institucionais, sobre sua capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

4.3 – AJUSTES DE PRECIFICAÇÃO

De acordo as Resoluções CNPC nºs. 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014 (DOU de 24 de novembro de 2014), Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015 (DOU de 05 de fevereiro de 2015), Portaria PREVIC nº 79, de 26 de janeiro de 2018 (DOU de 31 de janeiro de 2018) e Portaria PREVIC nº 29 de 16 de janeiro de 2017 (DOU de 20 de janeiro de 2017), demonstramos a seguir os Ajustes de Precificação entre os Títulos Públicos Federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. Estes ajustes estão consignados nas Demonstrações do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios, posição de 31 de dezembro de 2017 e 2016. Estas regras passaram a serem obrigatórias a partir do encerramento do exercício de 2015.

PLANO BENEFÍCIOS I

Tipo Papel	Taxa Aquisição %	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil 31/12/2016	Valor Ajustado a taxa 5% ao ano	Valor Ajuste
NTN-B	6,012300	15/08/2018	972	3.016	3.034	18
NTN-B	6,672944	15/05/2019	1.890	5.736	5.857	121
NTN-B	6,230100	15/08/2020	423	1.306	1.343	37
NTN-B	5,548373	15/08/2022	7.550	23.849	24.354	505
NTN-B	6,288606	15/08/2022	2.150	6.604	6.935	331
NTN-B	6,339500	15/08/2022	6.886	21.110	22.212	1.102
NTN-B	6,480014	15/05/2023	4.766	14.292	15.249	957
NTN-B	6,742549	15/05/2023	866	2.568	2.771	203
NTN-B	6,757231	15/05/2023	3.915	11.600	12.526	926
NTN-B	5,563661	15/08/2030	15.400	49.655	52.100	2.445
NTN-B	6,469300	15/08/2030	365	1.091	1.235	144
NTN-B	6,230008	15/05/2055	380	1.128	1.356	228
NTN-C	6,036400	01/04/2021	9.063	32.897	33.866	969
TOTAL			54.626	174.852	182.838	7.986

PLANO MULTIFUTURO I

Tipo Papel	Taxa Aquisição %	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil 31/12/2016	Valor Ajustado a taxa 5% ao ano	Valor Ajuste
NTN-C	6,036400	01/04/2021	14.150	51.362	52.874	1.512
NTN-C	6,184300	01/01/2031	10.367	57.718	63.054	5.336
TOTAL			24.517	109.080	115.928	6.848

PLANO MULTIFUTURO II

Tipo Papel	Taxa Aquisição %	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil 31/12/2016	Valor Ajustado a taxa 5% ao ano	Valor Ajuste
NTN-C	6,184300	01/01/2031	2.171	12.087	13.204	1.117
TOTAL			2.171	12.087	13.204	1.117

4.4 – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

A composição da Carteira de Imóveis estava assim representada:

	2017		2016	
	Custo Reavaliado	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Edificações				
Uso Próprio	7.742	-	7.742	7.136
Locadas a Patrocinadoras	463	-	463	348
Locadas a Terceiros	119.194	-	119.194	124.434
Valores a Receber (Aluguéis, Taxas, (-) Provisões e demais)	370	-	370	443
Direitos em Alienação de Investimentos Imobiliários	32.796	-	32.796	33.495
	160.565	-	160.565	165.856

No exercício de 2017, de acordo com o laudo de avaliação de peritos independentes emitidos pela empresa "Bonin – Engenharia de Avaliações Ltda." foi realizada a reavaliação de todos os imóveis e o destinado à alienação com direito de permuta, respeitando o item nº 19, anexo A, da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, onde se obteve o resultado negativo no montante R\$ 5.009 mil, na qual foi incorporado aos saldos dos Investimentos Imobiliários, a débito e a crédito de despesas e receitas dos investimentos, respectivamente, e foram realizadas no período de setembro a dezembro de 2017. Os ativos reavaliados passaram, a

partir de sua contabilização, a não serem mais depreciados em função da adoção do critério de avaliações anuais, conforme previsto na Instrução PREVIC nº 15, de 12 de novembro de 2014.

O resultado da reavaliação está demonstrado como segue:

DESCRIÇÃO	Valor Reavaliado	Valor Contábil	Resultado
Edificações	160.061	165.070	(5.009)
Uso Próprio	7.742	7.136	606
Locadas à Patrocinador	463	348	115
Locadas à Terceiros	119.194	124.434	(5.240)
Direitos em Alienações Invest. Imobiliários	32.662	33.152	(490)
TOTAIS	160.061	165.070	(5.009)

A composição da Carteira de Imóveis por Plano de Benefícios estava assim representada:

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIOS I		MULTIFUTURO I	
	2017	2016	2017	2016
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	56.003	57.846	89.524	92.476
Edificações	44.562	46.164	71.240	73.800
Direitos em Alienações de Invest. Imobiliários	11.441	11.682	18.284	18.676

DESCRIÇÃO	MULTIFUTURO II		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	15.038	15.533	160.565	165.856
Edificações	11.967	12.396	127.769	132.361
Direitos em Alienações de Invest. Imobiliários	3.071	3.137	32.796	33.495

4.5 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição da Carteira de Empréstimos por Plano de Benefícios estava assim representada:

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIOS I		MULTIFUTURO I	
	2017	2016	2017	2016
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	15.467	15.701	45.757	43.629
Empréstimos	15.467	15.701	45.757	43.629

DESCRIÇÃO	MULTIFUTURO II		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	8.149	8.278	69.373	67.608
Empréstimos	8.149	8.278	69.373	67.608

NOTA 05 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

Os valores registrados como exigível operacional são, substancialmente, decorrentes das obrigações relativas à concessão de benefícios e obrigações fiscais (Gestão Previdencial), provisões e as obrigações fiscais e de pessoal e encargos (Gestão Administrativa), operações de créditos privados – debêntures, operações de imóveis – edificações e as obrigações fiscais e empréstimos (Investimentos).

NOTA 06 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL E ATIVO CONTINGENTE

Em função das demandas judiciais, a Entidade atendendo as normas contábeis, constitui provisões referentes a: expurgos inflacionários, em 2017, no valor de R\$ 23.217 mil (R\$ 24.617 mil em 2016), valor este que abrange os Participantes, os Assistidos, Ex-Participantes e Ex-Assistidos, demandantes da ação judicial, distribuídas entre os Planos de Benefícios I no valor de R\$ 227 mil (R\$ 213 mil em 2016), Multifuturo I no valor de R\$ 22.427 mil (R\$ 22.913 mil em 2016) e Multifuturo II no valor de R\$ 563 mil (R\$ 1.491 mil em 2016); demandas referentes a revisão de saldamento do Plano Benefícios I ao Plano de Benefícios Multifuturo I decorrente de percepção de gratificação de cargo estratégico no valor de R\$ 909 mil (R\$ 2.108 mil em 2016); trabalhistas e cíveis no valor de R\$ 7.165 mil (R\$ 7.096 mil em 2016), demandadas nos Planos de Benefícios I no valor de R\$ 6.965 mil (R\$ 6.908 mil em 2016), Multifuturo I no valor de R\$ 85 mil (R\$ 75 mil em 2016), e PGA no valor de R\$ 115 mil (R\$ 113 mil em 2016).

Como consequência das ações trabalhistas, cíveis e tributárias promovidas em face da Entidade, foram efetuadas, por exigência legal, uma série de depósitos recursais com o propósito de permitir o questionamento de referidas demandas nas instâncias superiores. Tais valores correspondem em 2017 ao montante de R\$ 15.641 mil (R\$ 13.854 mil em 2016), distribuídas entre os Planos de Benefícios I no valor de R\$ 4.390 mil (R\$ 4.190 mil em 2016), Multifuturo I no valor de R\$ 8.310 mil (R\$ 7.757 mil em 2016) e PGA no valor de R\$ 2.941 mil (R\$ 1.907 mil em 2016).

A Entidade é parte ativa de ação ordinária ajuizada pela ABRAPP em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, do BNDES e da União Federal. Tal demanda judicial refere-se a atualização de valor por mudanças no cálculo de índice ao invés de IPC, por BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, relacionados as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND. O processo encontra-se em fase de execução. Por força de determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC não se reconhece contabilmente, no Ativo Contingente, o ingresso dos referidos recursos.

NOTA 07 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas foram determinadas nos exercícios de 2017 e 2016 pela consultoria atuarial independente Mirador Assessoria Atuarial Ltda., que adotou nas Avaliações Atuariais, os seguintes regimes e métodos de financiamento:

- No Plano de Benefícios I (plano de contribuição variável, em extinção):
 - Para avaliação do benefício de auxílio-doença, foi adotado o Regime de Repartição Simples;
 - Para os demais benefícios, o Regime de Capitalização, com o Método Agregado.
- Nos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II (planos de contribuição variável):
 - Para avaliação do benefício de aposentadoria por invalidez e pensão por morte, foi adotado o Regime de Capitalização, com o Método Agregado;
 - Para os demais benefícios, o de Regime de Capitalização Financeira.

As hipóteses econômicas e demográficas utilizadas nas avaliações de 2017 e 2016 estão demonstradas,

como segue:

TIPO DE HIPÓTESE	AVALIAÇÃO 2017	AVALIAÇÃO 2016
	DATA-BASE: Dezembro-2017	DATA-BASE: Dezembro-2016
ECONÔMICAS/FINANCEIRAS		
Retorno dos Investimentos	INPC + 5% a.a.	INPC + 5% a.a.
Crescimento Salarial	Plano I: INPC + 1,14% a.a. Plano Multifuturo I: INPC + 2,92% a.a. Plano Multifuturo II: INPC + 3,57% a.a.	Plano I: INPC + 1,14% a.a. Plano Multifuturo I: INPC + 2,92% a.a. Plano Multifuturo II: INPC + 3,57% a.a.
Crescimento do Teto do INSS	INPC + 0% a.a.	INPC + 0% a.a.
Reajuste de Benefícios	INPC + 0% a.a.	INPC + 0% a.a.
Fator de Capacidade Salarial e de Benefício	98%	98%
BIOMÉTRICAS		
Mortalidade	AT-2000 - desagregada em 15% segregada por sexo	AT-2000 - desagregada em 15% segregada por sexo
Mortalidade de Invalidos	AT 49- M	AT 49- M
Entrada em Invalidez	Light Média desagregada em 20%	Light Média
DEMOGRÁFICAS		
Rotatividade	Nula	Nula
Composição Familiar		
Benefícios a Conceder:	Família Média	Família Média
-Percentual de Casados:	90%	90%
-Diferença de idade entre titular e cônjuge:	04 anos ⁽²⁾	03 anos ⁽¹⁾
-Dependente Temporário até os 24 anos:	Um temporário de idade "Z", sendo Z = 24 – máximo entre [0; (75 - x)/2].	Um temporário de idade "Z", sendo Z = 24 – máximo entre [0; (80 - x)/2].
Benefícios Concedidos:	Família Real (conforme cadastro dos participantes).	Família Real (conforme cadastro dos participantes).
⁽¹⁾ Na diferença de idade entre titular "x" e cônjuge "y", considera-se que para titular masculino, y = x - 3; para titular feminino, y = x + 3.		
⁽²⁾ Na diferença de idade entre titular "x" e cônjuge "y", considera-se que para titular masculino, y = x - 4; para titular feminino, y = x + 4.		

Os resultados das avaliações destes três planos foram posicionados separadamente, conforme demonstram os pareceres atuariais datados de 20 de fevereiro de 2018 e 13 de fevereiro de 2017, para os exercícios de 2017 e 2016, respectivamente.

Apresentamos a seguir, o Demonstrativo da Composição Consolidada das Provisões Matemáticas da Entidade, em 31 de dezembro:

DESCRIÇÃO	2017	2016
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.482.119	1.472.924
Contribuição Definida	885.781	865.546
Benefício Definido	596.338	607.378
BENEFÍCIOS A CONCEDER	502.251	493.536
Contribuição Definida	428.733	416.070
Benefício Definido	73.518	77.466
TOTAL DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.984.370	1.966.460

- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos**

É a diferença entre o valor atual dos encargos assumidos pela Entidade, em relação aos destinatários em gozo de rendas iniciadas de aposentadorias ou pensões, e o valor atual das contribuições que, por eles, ou pelas Patrocinadoras, venham a ser recolhidos em favor da Entidade, para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio vigente.

- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder**

No Plano de Benefícios I e para os benefícios de risco dos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder é a diferença entre o valor atual dos encargos a serem assumidos pela Entidade, em relação aos Participantes e respectivos beneficiários, que ainda não estejam em gozo de rendas iniciadas de aposentadorias ou pensões, e o valor atual das contribuições que, por eles, ou pelas Patrocinadoras, venham a ser recolhidos em favor da Entidade, para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio vigente.

Para os benefícios programáveis dos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder é a totalidade dos saldos efetivamente acumulados nas contas previdenciárias dos Participantes que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada, com as atualizações devidas conforme dispõe o regulamento dos planos.

NOTA 08 – RESULTADO ACUMULADO

O Resultado Acumulado consolidado da Entidade é superavitário, correspondendo em 31 de dezembro de 2017 ao montante de R\$ 136.573 mil (R\$ 98.482 mil em 2016) caracterizando assim, uma suficiência patrimonial em relação aos compromissos totais. Ressalta-se que este superávit ocorreu em função do bom desempenho da rentabilidade efetiva dos ativos da Entidade em anos anteriores, e a aumento em relação a 2016 (R\$ 38.091 mil) foi principalmente em função das alterações das premissas atuariais, rentabilidade do superávit acumulado e movimentação do exigível contingencial.

Em atendimento a Resolução CGPC n° 26 de 29/09/2008, regulamentada pela Instrução SPC n° 28 de 30/12/2008, complementadas e alteradas pelas Resoluções MPS/CNPC n°s. 16 e 22, de 19/11/2014 e 25/11/2015, respectivamente, o superávit técnico foi classificado em Reserva de Contingência (valor que representa o limite máximo de até 25% levando em consideração a proporção à duração: $10\% + (\text{duration} \times 1\%)$) sobre as provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder composto sobre a forma de Benefícios Definidos) no valor de R\$ 104.810 mil (R\$ 92.223 mil em 2016), e o que excedeu foi lançado em Reserva para Revisão do Plano no valor de R\$ 31.763 mil (R\$ 6.259 mil em 2016).

Em 31 de dezembro de 2017 o cálculo da *Duration* do Passivo dos Planos de Benefícios estava assim composto: No Plano de Benefícios I de 9,42 anos (113 meses), Plano Multifuturo I de 16,90 anos (203 meses), e Plano Multifuturo II de 16,60 anos (199 meses), adicionando a 10% e respeitando o limite máximo de 25% para registro das Reservas de Contingências das Provisões Matemáticas BD, os limites ficaram em 19,42%, 25% e 25%, respectivamente.

No Plano Multifuturo II foi constituído o Fundo Previdencial para Revisão do Plano, no valor de R\$ 14.465 mil (R\$ 13.248 mil em 2016), além do valor remanescente da Reserva para Revisão de Plano no valor de R\$ 8.720 mil (R\$ 3.742 mil em 2016), que representa a diferença entre as premissas atuariais vigentes e as premissas mínimas indicadas para distribuição de Superávit Técnico e também aos somatórios dos resultados dos exercícios de 2016 e 2017, e por se tratar de formação pelo segundo ano consecutivo, não há imposição legal de realizar-se uma ação imediata, devendo ser acompanhado o resultado durante o exercício de 2018.

Foi realizado, no decorrer de 2017, plano para destinação do Superávit Técnico, de acordo com a Resolução CGPC nº 26 e suas alterações posteriores, sendo que o processo, por existir peculiaridade, encontra-se em análise na Consultoria Atuarial e vem sendo mantido e atualizado pela rentabilidade do plano (variação da cota patrimonial), aguardando a conclusão dos estudos atuariais para a apresentação e deliberação pelo Conselho Deliberativo.

No Plano Multifuturo I também está registrado Reserva para Revisão de Plano no valor de R\$ 23.044 mil (R\$ 2.517 mil em 2016), no qual tendo em vista ter ocorrido pelo segundo ano consecutivo, não há imposição legal de realizar-se uma ação imediata, devendo ser acompanhado o resultado durante o exercício de 2018.

O Resultado Acumulado superavitário por Plano de Benefícios está assim demonstrado: Plano de Benefícios I corresponde ao montante de R\$ 62.582 mil (R\$ 48.751 mil em 2016), obtendo uma rentabilidade no exercício de 8,44%; Plano de Benefícios Multifuturo I corresponde ao montante de R\$ 60.432 mil (R\$ 40.858 mil em 2016), rentabilidade de 8,99%; Plano de Benefícios Multifuturo II corresponde ao montante de R\$ 13.559 mil (R\$ 8.873 mil em 2016), rentabilidade de 9,19%. A meta atuarial no exercício foi de 7,04% (INPC acumulado mês anterior (dez/16 a nov/17) de 1,94% + taxa de juros de 5% ao ano). Aos Participantes e Assistidos que, respectivamente, acumulam e recebem seus benefícios na forma de saldo de conta, a rentabilidade é creditada diretamente em seu saldo acumulado não se associando à meta atuarial.

NOTA 09 – CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS

O Fundo da Gestão Administrativa é constituído pela diferença entre as receitas, taxa de administração, carregamento previdencial, receitas diretas e as despesas administrativas. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 95.549 mil (R\$ 89.693 mil em 2016).

O Fundo dos Investimentos foi constituído com recursos da cobrança da taxa de quitação dos empréstimos liberados aos Participantes e Assistidos para amortização desses em casos de morte. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 2.157 mil (R\$ 1.963 mil em 2016). A constituição por Plano de Benefícios está composta pelo Plano Benefícios I no valor de R\$ 1.117 mil (R\$ 1.018 mil em 2016), Multifuturo I no valor de R\$ 875 mil (R\$ 802 mil em 2016) e Multifuturo II no valor de R\$ 165 mil (R\$ 142 mil em 2016).

O Fundo Previdencial foi constituído atuarialmente nos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II, como resultado dos saldos de contas formadas pelas contribuições realizadas exclusivamente pelas Patrocinadoras, relativos aos ex-Participantes desligados dos respectivos planos e que resgataram suas contribuições pessoais. Este Fundo poderá ser utilizado para reduzir contribuições futuras das Patrocinadoras ou para cobertura de eventuais insuficiências dos planos, observado o disposto na legislação vigente, no plano de custeio anual e na manifestação do atuário. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 5.887 mil (R\$ 4.923 mil em 2016), correspondendo ao Plano Multifuturo I o valor de R\$ 5.754 mil (R\$ 4.817 mil em 2016) e Multifuturo II o valor de R\$ 133 mil (R\$ 106 mil em 2016).

Também foi constituído atuarialmente Fundo Previdencial de Revisão do Plano no Plano Multifuturo II, no valor de R\$ 14.465 mil (R\$ 13.248 mil em 2016), resultante da parcela da Reserva Especial passível de destinação do Superávit Técnico. Para formação deste Fundo Previdencial, que foi constituído no exercício de 2015, foram observadas as premissas atuariais específicas e demais condições consignadas no Parecer Atuarial do Plano, tais como, tábua biométrica mortalidade geral a AT-2000 desagravada em 15% (por sexo), taxas de juros de 4,83% e duração do passivo do Plano (Duration) de 17,83 anos. Este Fundo está dividido em Participantes e Assistidos no valor de R\$ 8.767 mil e Patrocinadoras no valor de R\$ 5.698 mil, e vem sendo mantido e atualizado pela rentabilidade do plano (variação da cota patrimonial), aguardando a conclusão dos estudos atuariais para a apresentação e deliberação pelo Conselho Deliberativo.

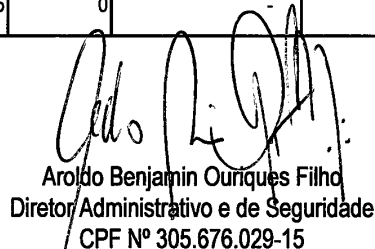
NOTA 10 – AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE CONSOLIDAÇÕES

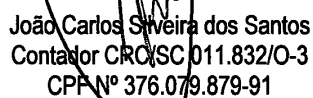
DESCRIÇÃO	Plano I	Multifuturo I	Multifuturo II	PGA	Ajustes e Eliminações Nota 03, item k	Consolidado
ATIVO	708.917	1.293.291	283.380	99.605	(96.230)	2.288.964
Disponível	7	2	1	74	-	84
Realizável	708.910	1.293.289	283.379	99.279	(96.230)	2.288.628
Previdencial	4.410	10.228	642	-	-	15.281
Administrativo	26.367	59.535	9.647	3.868	(96.230)	3.187
Participações Fundo Administrativo	26.367	59.535	9.647	-	(95.549)	-
Contas a Receber	-	-	-	546	(546)	-
Despesas Antecipadas	-	-	-	245	-	245
Depósitos Judiciais/Recursois	-	-	-	2.942	-	2.942
Outros Realizáveis	-	-	-	135	(135)	-
Investimentos	678.133	1.223.526	273.090	95.411	-	2.270.160
Permanente	-	-	-	252	-	252

DESCRIÇÃO	Plano I	Multifuturo I	Multifuturo II	PGA	Ajustes e Eliminações Nota 03, item k	Consolidado
PASSIVO	708.917	1.293.291	283.380	99.605	(96.230)	2.288.964
Operacional	588	1.781	343	1.000	(681)	3.031
Previdencial	554	1.715	328	0	(681)	1.916
Administrativo	0	0	0	995	-	995
Investimentos	34	66	15	5	-	120
Contingencial	11.582	31.731	562	3.057	-	46.932
Previdencial	11.582	31.711	562	0	-	43.855
Administrativo	0	0	0	3.057	-	3.057
Investimentos	0	20	0	0	-	20
PATRIMÔNIO SOCIAL	696.747	1.259.779	282.475	95.549	(95.549)	2.239.001
Patrimônio de Cobertura do Plano	669.263	1.193.615	258.065	0	-	2.120.943
Provisões Matemáticas	606.681	1.133.183	244.506	0	-	1.984.370
Equilíbrio Técnico	62.582	60.432	13.559	0	-	136.573
Fundos	27.484	66.164	24.410	95.549	(95.549)	118.058
Fundos Previdenciais	0	5.754	14.598	0	-	20.352
Fundos Administrativos	26.367	59.535	9.647	95.549	(95.549)	95.549
Fundos dos Investimentos	1.117	875	165	0	-	2.157


José Manoel de Oliveira
Diretor Superintendente
CPF Nº 155.052.519-00


Marcos Anderson Treitinger
Diretor Financeiro
CPF Nº 003.632.389-64


Aroldo Benjamin Ouriques Filho
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF Nº 305.676.029-15


João Carlos Siqueira dos Santos
Contador CRC/SC 011.832/O-3
CPF Nº 376.079.879-91

2. Pareceres

2.1. Parecer Atuarial da Avaliação em 31/12/2017

Este documento visa apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2017 do PLANO DE BENEFÍCIOS I (CNPB nº 1979-0026-65), patrocinado pela BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A., pelo Banco do Brasil (BESC S.A.), pela BESC S.A. Corretora de Seguros e Administradora de Bens - BESCOR, pela CODESC - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina e pela própria FUSESC - Fundação CODESC de Seguridade Social, administradora do plano.

O plano previdenciário analisado possui, desde 2007, característica de um plano misto, de Contribuição Variável, composto de obrigações na modalidade de Contribuição Definida para um grupo de participantes assistidos e Benefício Definido para os demais participantes.

A data-base e os resultados desta Avaliação Atuarial estão posicionados em 31/12/2017.

Mirador Assessoria Atuarial Ltda.

Rua Riachuelo, 1038/906
Porto Alegre/RS
Telefone
+55 51 3228.6991
www.mirador-atuarial.com.br
mirador@mirador-atuarial.com.br



Giancarlo Giacomini Germany
Diretor Técnico - MIBA 1020



Daniela Weber Rabello
Atuária - MIBA 1747

Alteração de Premissas

Em relação à avaliação atuarial do encerramento do exercício anterior, houve a alteração da premissa “Tábua de Entrada em Invalidez”, passando da Tábua Light Média para Tábua Light Média desagravada em 20%, e premissa “Composição Familiar”, relativa à família média dos benefícios a conceder, visando alinhar a premissa utilizada com as estimativas observadas no cadastro de participantes. A diferença média de idade entre cônjuges foi alterada de 3 anos para 4 anos, sendo masculino mais velho em relação ao feminino, e a formulação aplicada para obtenção da estimativa de idade média para o dependente temporário foi alterada para $Z = 24 - \text{MAX}((75 - x)/2; 0)$, onde “x” a idade do titular. O impacto dessas alterações foi uma perda atuarial de valor imaterial ao plano (R\$ 5.125,16).

Hipóteses adotadas:

Premissa	2016	2017
Econômicas/Financeiras		
Taxa Real de Juros	5,00%	5,00%
Fator de Capacidade dos Salários	98,00%	98,00%
Fator de Capacidade dos Benefícios	98,00%	98,00%
Taxa de Crescimento Real Salarial	1,14%	1,14%
Taxa de Crescimento Real de Benefícios	0,00%	0,00%
Indexador do Plano	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)

Premissa	2016	2017
Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 desagravada em 15% segregada por sexo	AT-2000 desagravada em 15% segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Média	Light Média desagravada em 20%
Demográficas		
Rotatividade (<i>Turnover</i>)	Nula	Nula
Composição Familiar		
<i>Benefícios a Conceder:</i>	Família Média	Família Média
- Percentual de Casados:	90%	90%
- Diferença de idade entre titular e cônjuge:	03 anos	04 anos ¹
- Dependente Temporário até os 24 anos:	Um temporário de idade “Z”, sendo $Z = 24 - \text{máximo entre } [0; (80 - x)/2]$.	Um temporário de idade “Z”, sendo $Z = 24 - \text{máximo entre } [0; (75 - x)/2]$.
<i>Benefícios Concedidos:</i>	Família Real (conforme cadastro dos participantes).	Família Real (conforme cadastro dos participantes).

¹ Na diferença de idade entre titular “x” e cônjuge “y”, considera-se que para titular masculino, $y = x - 4$; para titular feminino, $y = x + 4$.

Regimes financeiros e métodos de financiamento:

Regime Financeiro e Método de Financiamento	Regime	Método
Aposentadorias Programadas e reversão em pensão	Capitalização	Agregado
Aposentadoria por Invalidez e reversão em pensão	Capitalização	Agregado
Pecúlio por Morte	Capitalização	Agregado
Auxílio-Reclusão	Capitalização	Agregado
Pensão por Morte	Capitalização	Agregado
Auxílio-Doença	Repartição Simples	
Abono Anual	Conforme benefício mensal	

Dados estatísticos:

Participantes	dez/16	dez/17	Variação
Ativo	3	3	0
Frequência A CONCEDER	3	3	0
Idade média (em anos)	56	57	1
Tempo médio de empresa (em anos)	33	34	1
Tempo médio de plano (em anos)	33	34	1
Tempo médio de serviço futuro (em anos)	1	1	0
Folha de salários mensal (em R\$)	17.013,15	18.460,88	8,51%
Salário médio (em R\$)	5.671,05	6.153,63	8,51%

Aposentados	dez/16	dez/17	Variação
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	122	115	(7)
Aposentadoria por Invalidez	271	266	(5)
Aposentadoria Antecipada	568	560	(8)
Aposentadoria Especial	2	2	0
Aposentadoria por Idade	21	20	(1)
Frequência TOTAL DE APOSENTADOS	984	963	(21)
Idade média (em anos)	70	71	1
Folha de benefícios mensal (em R\$)	3.486.753,86	3.426.543,95	(1,73%)
Benefício médio mensal (em R\$)	3.543,45	3.558,20	0,42%

Pensionistas	dez/16	dez/17	Variação
Pensionistas por Morte de Ativo	176	170	(6)
Pensionistas por Morte de Assistido	304	308	4
Frequência de PENSIONISTAS	480	478	(2)
Frequência de GRUPOS DE PENSÕES	429	431	2
Idade média (em anos)	65	66	1
Folha de benefícios mensal (em R\$)	870.873,56	910.692,64	4,57%
Benefício médio mensal por Pensionista (em R\$)	1.814,32	1.905,21	5,01%
Aguardando Pensão	8	9	1

Passivo Atuarial:

Provisões Matemáticas	606.681.451,40
Benefícios Concedidos	604.765.230,64
Contribuição Definida	105.736.021,67
Saldo da Conta dos Assistidos	105.736.021,67
Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização	499.029.208,97
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	285.721.285,34
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	213.307.923,63
Benefícios a Conceder	1.916.220,76
Benefício Definido - Regime de Capitalização Programada	1.914.688,71
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.923.415,71
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Programadas - Patroc.	-4.363,50
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Programadas - Partic.	-4.363,50
Benefício Definido - Regime de Capitalização Não Programada	1.532,05
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.722,61
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Não Programadas - Patroc.	-95,28
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Não Programadas - Partic.	-95,28

Situação patrimonial:

Ativo Total	708.916.859,93
(-) Exigível Operacional	588.550,31
Gestão Previdencial	554.546,06
Gestão Administrativa	0,00
Investimentos	34.004,25
(-) Exigível Contingencial	11.581.475,07
Gestão Previdencial	11.581.475,07
Gestão Administrativa	0,00
Investimentos	0,00
(=) Patrimônio Social	696.746.834,55
(-) Fundos	27.483.443,39
Previdenciais	0,00
Administrativos	26.366.862,85
Dos investimentos	1.116.580,54
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	669.263.391,16

Solvência:

Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 669.263.391,16
Provisões Matemáticas	R\$ 606.681.451,40
(+) Passivo Atuarial	R\$ 606.681.451,40
(+) Provisões Matemáticas a Constituir	R\$ 0,00
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	R\$ 62.581.939,76
(+/-) Ajuste Precificação	R\$ 7.986.093,63
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado Ajustado	R\$ 70.568.033,39

Solvência

Resultado Contábil (Balancete)

- Situação: Superavitário
- Resultado Técnico Acumulado: R\$ 62.581.939,76
- Duration do Passivo: 9,42 anos (113 meses)
- Limite da Reserva de Contingência (limite de tolerância): = Mínimo [25%; 10% + 1 x Duration] = 19,42% das Prov. Matemáticas BD¹ = R\$ 97.283.602,45
- Reserva de Contingência a ser constituída: = Mínimo [Limite Reserva Contingência; Resultado Técnico Acumulado] = R\$ 62.581.939,76
- Reserva Especial: = Resultado Técnico Acumulado - Reserva Contingência = R\$ 0,00

Equilíbrio Técnico Ajustado (DAL)

- Ajuste de Precificação: R\$ 7.986.093,63
- Resultado Técnico Ajustado: R\$ 70.568.033,39

Conclusão: não há nenhuma ação necessária, uma vez que o limite de tolerância do plano, apurado em 19,42% das Provisões Matemáticas BD, não foi extrapolado.

¹Provisões Matemáticas de Benefício Definido (R\$ 500.945.429,73 em 31/12/2017).

Comentários sobre a solvência do plano

O resultado da avaliação atuarial demonstrou que o plano apresenta, em 31/12/2017, um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 62.581.939,76, equivalente a 12,49% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido (R\$ 500.945.429,73) e a 10,32% do Total das Provisões Matemáticas (R\$ 606.681.451,40). Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela FUSESC em R\$ 7.986.093,63, o Resultado Técnico Ajustado do plano fica superavitário em R\$ 70.568.033,39, equivalente a 14,09% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido do plano. Portanto, sob a ótica atuarial, o plano de benefícios encontra-se tecnicamente equilibrado.

Análise de rentabilidade

O resultado das aplicações financeiras, relativas ao patrimônio dos benefícios definidos do plano, aponta uma rentabilidade nominal de 8,44% ao longo do ano de 2017, que, se comparada com a meta atuarial de 7,04% (taxa real de juros esperada de 5,00% acrescida da variação do INPC), demonstra uma rentabilidade no período de 1,40% acima do esperado.

Solvência - Resolução CGPC nº 26/2008

- A resolução foi objeto de alterações relevantes em seu texto nos últimos anos, com destaque para as mudanças trazidas pelas Resoluções CNPC nº 14 e 16/2014 e pela Resolução CNPC nº 22/2015:
- Resultado deficitário deve ser equacionado considerando a proporção contributiva no período em que for apurado o resultado (ou, na falta, pelo menos dos últimos três exercícios) dos patrocinadores, de um lado, e dos participantes e assistidos, de outro. Do montante que couber aos participantes e assistidos, o equacionamento deverá se dar considerando a provisão matemática individual ou o benefício efetivo ou projetado atribuível a cada um deles.
- Criação do conceito de Equilíbrio Técnico Ajustado, apresentado no DAL (Demonstração do Ativo Líquido)¹, em que o Ajuste de Precificação é considerado para fins de análise da solvência do Plano de Benefícios, sendo utilizado para fins de destinação de superávit ou equacionamento de déficit (vide Art. 10 da Instrução Previc nº 19/2015).
- Ajuste de Precificação: O valor do ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor dos Títulos Públicos Federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.
- O Ajuste de Precificação, em caso de distribuição de superávit, apenas pode ser considerado se for negativo.
- Alteração da Reserva de Contingência, que antes era constituída pelo resultado técnico superavitário até 25% da Provisão Matemática² do Plano, para o seguinte limite da Provisão Matemática:
$$\text{Limite Reserva de Contingência (em \%)} = \text{Mínimo} \{ 25\% ; 10\% + 1 \times \text{Duration Passivo} \}$$
- Alteração do limite do déficit técnico, antes 10% da Provisão Matemática, para o seguinte limite da Provisão Matemática:
$$\text{Limite Déficit Técnico Ajustado (em \%)} = 1\% \times (\text{Duration Passivo} - 4)$$
- No caso de formação de Reserva Especial (resultado superavitário acima do Limite Reserva de Contingência) por 3 exercícios consecutivos, um plano de distribuição de resultado deverá ser aprovado até o final do exercício subsequente.
- No caso de resultado deficitário acima do Limite Déficit Técnico Ajustado, deverá ser aprovado plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente.

¹ Conforme nova redação da Resolução CNPC nº 8/2011 dada pela Resolução CNPC nº 16/2014.

² Desconsiderando saldos de conta (provisões na modalidade CD) / Provisão Matemática = Passivo Atuarial (PMBaC + PMBC) - Provisões Matemáticas a Constituir (PMaC)

Plano de Custeio 2018

Para o exercício de 2018, o plano de custeio possui as seguintes regras de contribuição:

- As contribuições dos participantes ativos, autopatrocinados e afastados por auxílio-doença são obtidas a partir da aplicação da tabela abaixo, e as patronais devem observar a paridade contributiva, sendo que 5% das contribuições são destinados ao custeio administrativo.

TABELA DE CONTRIBUIÇÃO PARA PARTICIPANTE ATIVO

Faixa Salário-de-Participação	Percentual Contributivo sobre o Salário-de-participação	Parcela a Deduzir
Até R\$ 2.822,90	11,22 %	—
De R\$ 2.822,91 a R\$ 5.645,80	18,69 %	R\$ 210,87
De R\$ 5.645,81 a R\$ 17.716,00	44,86 %	R\$ 1.688,38

Contribuição máxima: R\$ 6.259,02.

TABELA DE CONTRIBUIÇÃO PARA PARTICIPANTE ATIVO (COM AÇÃO JUDICIAL)

Válida exclusivamente aos participantes **Anselmo Colautti Neto** e **Celso D'Acampora Reis**

Faixa Salário-de-Participação	Percentual Contributivo sobre o Salário-de-participação	Parcela a Deduzir
Até R\$ 2.822,90	3,00 %	—
De R\$ 2.822,91 a R\$ 5.645,80	5,00 %	R\$ 56,46
De R\$ 5.645,81 a R\$ 17.716,00	12,00 %	R\$ 451,66

Contribuição máxima: R\$ 1.674,26.

• As contribuições dos assistidos são calculadas considerando-se as seguintes alíquotas:

a) 10% do valor da suplementação de aposentadoria recebida na forma de renda vitalícia, para o participante assistido que teve acrescido ao seu benefício o Abono de Aposentadoria, destinando-se 5% destas contribuições para o custeio administrativo; e

b) 1% do valor do benefício para todos os participantes assistidos e dependentes que recebam Renda em Percentual do Saldo da Conta Total, exclusivamente para custeio administrativo.

PARECER ATUARIAL

Para fins da avaliação atuarial do PLANO I foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 31/12/2017 e posicionado nesta mesma data. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

A avaliação atuarial considerou os regimes financeiros e métodos de financiamento que já vinham sendo considerados nos exercícios anteriores, sendo revisadas as premissas financeiras e biométricas, devidamente aprovadas pelo Conselho Deliberativo da FUSESC, com base nos Relatórios dos Estudos de Análise de Aderência de Premissas MIRADOR 0762/2017 (Premissas Biométricas, Demográficas e Econômicas) e MIRADOR 0863/2017 (Premissas Financeiras).

Em relação à avaliação atuarial do encerramento do exercício anterior, houve a alteração da premissa “Tábua de Entrada em Invalidez”. O impacto dessas alterações foi uma perda atuarial de valor imaterial (R\$ 5.125,16) ao plano. O resultado das aplicações financeiras, relativas ao patrimônio dos benefícios definidos do plano, aponta uma rentabilidade nominal de 8,44% ao longo do ano de 2017, que, se comparada com a meta atuarial de 7,04% (taxa real de juros esperada de 5,00% acrescida da variação do INPC), demonstra uma rentabilidade no período de 1,40% acima do esperado.

Por tudo, o plano demonstrou um ganho financeiro-atuarial no exercício de 2017 na ordem de R\$ 13,83 milhões, passando de um Superávit Técnico de R\$ 48,75 milhões em 31/12/2016 para um Superávit Técnico de R\$ 62,58 milhões em 31/12/2017, equivalente a 12,49% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido (10,32% do Total das Provisões Matemáticas).

Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela FUSESC em R\$ 7,99 milhões, o Resultado Técnico Ajustado do plano fica superavitário em R\$ 70,57 milhões, equivalente a 14,09% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido, devendo ser acompanhado durante o exercício de 2018, dentro dos preceitos da Resolução CGPC Nº 26 de 2008 e suas alterações posteriores.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do PLANO DE BENEFÍCIOS I, informamos que o plano encontra-se equilibrado, em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2018.

Mirador Assessoria Atuarial Ltda.

Rua Riachuelo, 1038/906
Porto Alegre/RS
Telefone
+55 51 3228.6991
www.mirador-atuarial.com.br
mirador@mirador-atuarial.com.br


Giancarlo Giacomini Germany
Diretor Técnico - MIBA 1020


Daniela Weber Rabello
Atuária - MIBA 1747

2.2. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Ilmos. Srs.
Conselheiros e Diretores da
FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSC
Rua Dom Jaime Câmara, 217.
88015-120 Florianópolis/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSC**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidadas da **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL – FUSC** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSC**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

a) Ajuste de Precificação do Plano de Benefícios I

Chamamos a atenção para a Nota 4.3, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do Plano de Benefícios I. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos



mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2017, apresentou resultado positivo de R\$7.986 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

b) Ajuste de Precificação do Plano de Benefícios Multifuturo I

Chamamos a atenção para a Nota 4.3, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do Plano de Benefícios Multifuturo I. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2017, apresentou resultado positivo de R\$6.848 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

c) Ajuste de Precificação do Plano de Benefícios Multifuturo II

Chamamos a atenção para a Nota 4.3, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do Plano de Benefícios Multifuturo II. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2017, apresentou resultado positivo de R\$1.117 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da *FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 01 de março de 2017, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis, com ênfase sobre os mesmos assuntos do parágrafo de ênfase acima.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, somos requeridos a comunicar esse fato. Até a data de

emissão do nosso relatório não havíamos recebido o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos pelo que nada temos a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2018.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1544



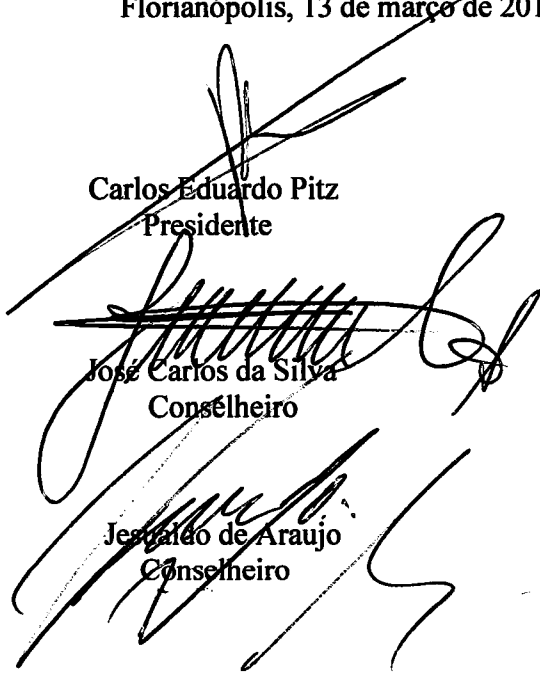
Marcelo Souza Marques do Couto
Contador CRC RS-050671/O-2 S-SC

2.4. Parecer do Conselho Deliberativo

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação Codesc de Seguridade Social - FUSESC, em reunião realizada no dia 13 de março de 2018 no uso de suas atribuições, que lhes confere o item V do artigo 27 do Estatuto, após o exame dos documentos: Balanço Patrimonial, Demonstração do Ativo Líquido Plano Benefícios I, Demonstração do Ativo Líquido Plano de Benefícios Multifuturo I, Demonstração do Ativo Líquido Plano de Benefícios Multifuturo II, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano Benefícios I, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano de Benefícios Multifuturo I, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano de Benefícios Multifuturo II, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada), Demonstração das Provisões Técnicas do Plano Benefícios I, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Multifuturo I, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Multifuturo II, referente ao exercício de 2017, bem como as Notas Explicativas, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e considerando os Pareceres do Atu rio, da Auditoria e do Conselho Fiscal, decidiram, por unanimidade, pela sua aprovação.

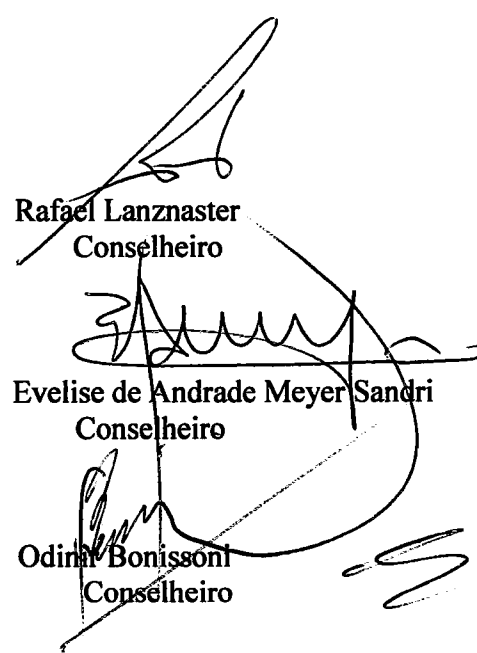
Florianópolis, 13 de març  de 2018.


Carlos Eduardo Pitz
Presidente


José Carlos da Silva
Conselheiro


Jesu lino de Araujo
Conselheiro


Rafael Lanznaster
Conselheiro


Evelise de Andrade Meyer Sandri
Conselheiro


Odinei Boniss ni
Conselheiro

3. Investimentos

3.1. Relatório de Resumo de Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

Informações da Entidade		
Código: 552	Sigla: FUSESC	Exercício: 2018
Plano de Benefícios: 9970000000 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA		

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2018 a 12/2018	INPC	5,00

Documentação/Responsáveis

Documentação	
Nº da Ata: 346	Data: 09/11/2017

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado				
Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2018 a 31/12/2018	PLANO	MARCOS ANDERSON TREITINGER	003.632.389-64	DIRETOR FINANCEIRO

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Outros

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2018 a 12/2018

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
REDA FIXA	49,00	100,00	89,73
REDA VARIÁVEL	0,00	30,00	2,58
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	20,00	5,13
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	5,00	0,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			

FONTE: Superintendência Nacional de Previdência Complementar / SICADI

30/11/17 11:35

1/3

Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00	
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00	
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2016	1º Sem 2017	2018	Não Aplica
PLANO	14,41	4,84	10,68	
RENTA FIXA	14,23	4,76	10,77	
RENTA VARIÁVEL	22,18	8,06	14,60	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	14,83	5,33	7,98	
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS				x
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES				x

Observação:

3.2. Relatório de Resumo de Políticas de Investimentos - Plano de Benefícios I

Informações da Entidade

Código: 552 Sigla: FUSESC Exercício: 2018
Plano de Benefícios: 1979002665 - PLANO DE BENEFÍCIOS I

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2018 a 12/2018	INPC	5,00

Documentação/Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: 346

Data: 09/11/2017

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2018 a 31/12/2018	PLANO	MARCOS ANDERSON TREITINGER	003.632.389-64	DIRETOR FINANCEIRO

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Outros

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2018 a 12/2018			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENTA FIXA	55,00	98,00	79,37
RENTA VARIÁVEL	0,00	18,00	4,00
IMÓVEIS	2,00	8,00	8,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	15,00	2,34
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	15,00	6,29
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	5,00	0,00

FONTE: Superintendência Nacional de Previdência Complementar / SICADI

30/11/17 11:32

1/4

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Sim

Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim

Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	98,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00	
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00	
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2016	1º Sem 2017	2018	Não Aplica
PLANO	11,86	3,85	10,59	
REDA FIXA	13,46	4,05	10,68	
REDA VARIÁVEL	22,24	8,06	14,60	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	15,11	4,70	7,98	
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS	-4,32	1,12	9,46	
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	18,12	5,81	14,03	

Observação:

3.3. Resumo dos Demonstrativos de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

QUADRO I - IDENTIFICAÇÃO

ENTIDADE:
FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO:
DEZEMBRO DE 2017

SIGLA:	CÓDIGO:
FUSESC	0055-2

CNPJ:
83.564.443/0001-32

QUADRO II - CARACTERIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR MERCADO DEZEMBRO /2016	% APLIC.	VALOR MERCADO DEZEMBRO /2017	% APLIC.	% LIMITES RES. Nº 3.792 DE SET/09 e Política Investimentos
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	89.548.834,94	93,79	95.480.779,63	100,00	
DISPONÍVEL	33.617,42	0,04	74.049,63	0,08	
Bancos e Caixa	33.617,42	0,04	74.049,63	0,08	
TÍTULOS PÚBLICOS	50.182.724,31	52,56	44.655.215,86	46,77	Legal até 100%
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	50.182.724,31	52,56	44.655.215,86	46,77	Limite Política
Notas do Tesouro Nacional - NTN	44.319.714,72	46,42	39.009.240,14	40,86	Inferior/Superior
Letras do Tesouro Nacional - LTN	5.863.009,59	6,14	5.645.975,72	5,91	49% - 100%
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	443.280,72	0,46	445.732,93	0,47	
COMPANHIAS ABERTAS	443.280,72	0,46	445.732,93	0,47	
Debêntures Conversíveis	-	-	-	-	
Buettner (Provisão de 100% para perdas iminentes)	-	-	-	-	
Debêntures Não Conversíveis	443.280,72	0,46	445.732,93	0,47	
Hauscenter S.A (Provisão perdas iminentes de 29% em 2017 e 30% em 2016)	443.280,72	0,46	445.732,93	0,47	
Teka (Provisão de 100% para perdas iminentes)	-	-	-	-	
AÇÕES	-	-	-	-	Legal até 70%
COMPANHIAS ABERTAS	-	-	-	-	Limite Política
Mercado de Ações	-	-	-	-	Inferior/Superior
Lorenz (Provisão de 100% para perdas iminentes) - ON	-	-	-	-	0% - 33%
FUNDOS DE INVESTIMENTO	38.889.212,49	40,73	50.305.781,21	52,69	
Renda Fixa	263.125,99	0,28	252.363,88	0,26	
Modal Gaia	263.125,99	0,28	252.363,88	0,26	
Ações	2.170.040,13	2,27	2.759.438,46	2,89	
Bradesco Platina	2.170.040,13	2,27	2.759.438,46	2,89	
Multimercado	35.709.026,45	37,40	46.294.136,78	48,49	
Multimercado Institucional	31.860.364,49	33,37	40.035.683,81	41,93	Legal até 20%
Banco do Brasil - Ágata II - Exclusivo	31.860.364,49	33,37	40.035.683,81	41,93	Limite Política
Multimercado Estruturado	3.848.661,96	4,03	6.258.452,97	6,55	Inferior/Superior
Bradesco FIC MM Prata - Exclusivo	3.848.661,96	4,03	6.258.452,97	6,55	0% - 20%
Direito Creditórios	-	-	-	-	
Participações	747.019,92	0,78	999.842,09	1,05	
Brasil Portos e Ativos Logísticos Fip	100.809,84	0,11	93.186,51	0,10	
Brasil Óleo & Gás Fip	64.301,75	0,07	62.237,31	0,07	
Kinea Private Equity II Fip	255.326,79	0,27	590.487,61	0,62	
Riviera GR Industrial Fip	326.581,54	0,35	253.930,66	0,28	

QUADRO III - OBSERVAÇÕES

1. Este resumo está sendo apresentado de acordo com a Resolução CGPC nº 23, de 06/12/06, alterada pela Instrução PREVIC nº 2 de 03/03/2011, e Instruções PREVIC nº 11 e 13 de 10/09/2014 e 12/11/2014, respectivamente.

2. Demonstraremos a rentabilidade acumulada Líquida e Bruta (acréscimo das despesas administrativas de investimentos) em 2017 por segmento comparativa com os benchmarks de mercado, como segue:

POR PLANO GESTÃO ADMINISTRATIVA -PGA			
SEGMENTOS	LIQUIDA	BRUTA	BENCHMARKS
RENTA FIXA	9,46%	9,51%	PGA 8,45% (INPC+6,25%)
RENTA VARIÁVEL	27,06%	27,16%	PGA 30,98% (IBOVESPA + 3,26%)
INVESTIMENTO ESTRUTURADO	16,06%	16,16%	PGA 10,94% (110% Selic)
CARTEIRA TOTAL	10,27%	10,33%	

2.1 Rentabilidade líquida e bruta por Fundo de Investimento:

	Rentabilidade Bruta (%)	Rentabilidade de Líquida (%)	Taxa de Administração (R\$)	Taxa de Performance (R\$)	Demais custos incorridos com a administração terceirizada (R\$)
BB ÁGATA II FIM CRÉDITO PRIVADO	10,63%	10,59%	172.609,57	0,00	211.905,09
BRADESCO FIC FIA PLATINA	27,16%	27,16%	0,00	0,00	43.487,46
BRADESCO FIC FI MM PRATA	13,20%	13,20%	0,00	0,00	60.671,43

3. A meta atuarial da FUSC é de INPC (mês anterior) mais 5% ao ano, sendo que o acumulado no ano de 2017 ficou em 7,04%;

4. A Resolução CMN nº 3.792, de 28/09/2009, desobriga as EFPC's de elaborar a Divergência não Planejada (DNP), que representa a rentabilidade dos investimentos comparada com a meta atuarial da Fundação, desde que possua um modelo próprio de monitoramento de risco de investimentos. Desde o exercício de 2010 a Fundação deixou de elaborar a DNP por possuir tal monitoramento de risco.

5. O valor ao Risco de Mercado (VaR), em 31/12/2017, está demonstrado como segue:

Mandato	Benchmark	Modelo	% Observado	Limite	Horiz. de Tempo
Mandato Renda Fixa Não Exclusivo	CDI	VaR	0,48	5,00%	21 dias
Mandato Exclusivo MM Estruturado	110% Selic	B-VaR	1,93	7,00%	21 dias
Mandato Exclusivo Crédito Privado	110% Selic	VaR	0,10	3,00%	21 dias
Mandato Renda Variável Ativa	Ibovespa	B-VaR	1,99	10,00%	21 dias

6. Os Fundos de Investimentos com gestão terceirizada estão discriminados no QUADRO II e totalizados por segmento, como segue:

DESCRIÇÃO	VALOR	% Sobre o total da Gestão Terceirizada	% Sobre o total dos Investimentos da Fusc
RENTA FIXA	40.288.047,69	80,08	42,20
RENTA VARIÁVEL	2.759.438,46	5,49	2,89
INVESTIMENTOS ESTRUTURADO	7.258.295,06	14,43	7,60
TOTAL	50.305.781,21	100,00	52,69

7. DESENQUADRAMENTO: As aplicações estão enquadradas de acordo com a legislação vigente.

8. Demonstramos a seguir o total dos investimentos do Plano assim como o seus respectivos valores por segmento, em reais e percentuais relativos aos recursos garantidores das Reservas Técnicas:

DESCRIÇÃO	31/12/2016	% APL.	31/12/2017	% APL.
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	89.548.834,94	100,00	95.480.779,63	100,00
Disponível	33.617,42	0,04	74.049,63	0,08
Renda Fixa	82.749.495,51	92,41	85.388.996,48	89,43
Renda Variável	2.170.040,13	2,42	2.759.438,46	2,89
Investimento Estruturado	4.595.681,88	5,13	7.258.295,06	7,60

9. As despesas incorridas com taxas de administração, performance e corretagem da Carteira Própria e Fundos de Investimento Exclusivo são registradas dentro dos Fundos de Investimentos, e as despesas de custódia e diretas de investimentos são registradas no grupo de investimentos da Fundação e são segregadas por Plano de Benefícios. Estão demonstrados a seguir as despesas Diretas de Investimentos e da Gestão Administrativa de Investimento e Previdencial:

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS E DE INVESTIMENTOS TOTAL E POR PLANO

DESCRIÇÃO	BEN. I	MULT. I	MULT. II	PGA	TOTAL 2017	TOTAL 2016	VAR. %
Despesas Pessoal e Encargos - Previdencial	1.106.885,29	2.431.557,53	390.378,10	-	3.928.820,92	3.731.503,32	5,29
Despesas Pessoal e Encargos - Investimentos	899.636,30	1.976.281,73	317.285,29	-	3.193.203,32	3.140.553,98	1,68
Honorários dos Conselheiros	113.115,59	248.487,54	39.893,82	-	401.496,95	398.319,84	0,80
Honorários de Dirigentes	490.212,60	1.076.877,59	172.888,99	-	1.739.979,18	1.638.057,62	6,22
Pessoal Próprio	1.403.193,40	3.082.474,13	494.880,58	-	4.980.548,11	4.835.679,84	3,00
Trein./Congr. e Sem./Viag. e Estadias - Previdencial	17.643,66	38.759,01	6.222,68	-	62.625,35	70.897,60	(11,67)
Trein./Congr./Sem./Viag. e Estadias - Investimentos	15.185,73	33.359,37	5.355,75	-	53.900,85	65.020,27	(17,10)
Treinamentos/Congr./Sem./Viag. e Estadias	32.829,39	72.118,38	11.578,43	-	116.526,20	135.917,87	(14,27)
Despesas Serviços de Terceiros - Previdencial	290.624,46	735.777,41	87.556,89	-	1.113.958,76	1.243.517,41	(10,42)
Despesas Serviços de Terceiros - Investimentos	193.067,38	422.927,75	68.091,21	-	684.086,34	716.439,96	(4,52)
Consultoria Atuarial	44.601,23	97.978,15	15.730,04	-	158.309,42	165.714,76	(4,47)
Consultoria Investimentos	44.734,03	98.269,54	15.776,82	-	158.780,39	147.666,41	7,53
Consultoria Jurídica	85.204,57	283.326,04	15.109,03	-	383.639,64	646.565,20	(40,66)
Informática	206.530,46	453.697,08	72.839,50	-	733.067,04	680.930,16	7,66
Auditoria Contábil	5.119,75	11.246,99	1.805,68	-	18.172,42	31.186,60	(41,73)
Outros Serv. Terceiros (Seg., Vig., Limp., demais)	97.501,80	214.187,36	34.387,03	-	346.076,19	287.894,24	20,21
Despesas Gerais - Previdenciais	205.384,26	368.505,56	57.639,70	-	631.529,52	699.014,33	(9,65)
Despesas Gerais - Investimentos	150.901,57	285.584,05	46.253,74	-	482.739,36	565.859,15	(14,69)
Informativo e Divulgação	48.721,28	96.439,15	14.748,68	-	159.909,11	161.947,18	(1,26)
Locação	145.887,72	233.218,68	39.174,12	-	418.280,52	491.375,25	(14,88)
Água e Energia Elétrica	22.152,88	48.664,58	7.812,94	-	78.630,40	114.903,20	(31,57)
Comunicação	48.661,47	88.693,47	13.749,50	-	151.104,44	146.866,49	2,89
Entidades Associadas	21.649,38	47.558,28	7.635,30	-	76.842,96	76.472,82	0,48
Impostos e Taxas	5.054,78	25.444,41	3.913,11	-	34.412,30	37.575,62	(8,42)
Custas e Despesas Judiciais	12.317,58	13.743,78	768,72	-	26.830,08	85.229,39	(68,52)
Outras Desp. Gerais (Manut., Mat., Seguro, demais)	51.840,74	100.327,26	16.091,07	-	168.259,07	150.660,63	11,68
Depreciação e Amortização - Previdencial	14.689,46	32.269,18	5.180,71	-	52.139,35	67.481,45	(22,74)
Depreciação e Amortização - Investimentos	12.145,51	26.680,75	4.283,50	-	43.109,76	55.794,80	(22,74)
Depreciação e Amortização	26.834,97	58.949,93	9.464,21	-	95.249,11	123.276,25	(22,74)
Tributos (Tafic/Pis/Cofins) - Previdencial	157.152,40	338.763,30	56.978,90	-	552.894,60	616.725,44	(10,35)
Tributos (Tafic/Pis/Cofins) - Investimentos	129.936,40	280.095,52	47.111,17	-	457.143,09	509.919,50	(10,35)
Tributos (Tafic/Pis/Cofins)	287.088,80	618.858,82	104.090,07	-	1.010.037,69	1.126.487,84	(10,34)
Diretas Grupo Investimentos - Previdencial	-	-	-	-	-	-	-
Diretas Grupo Investimentos - Investimentos	167.299,60	222.748,75	67.935,54	43.526,25	501.510,14	451.694,40	11,03
Taxa de Custódia	76.288,25	114.410,59	24.302,96	7.612,66	222.614,46	238.274,49	(6,57)
Taxa de Controladoria	18.814,00	50.638,48	13.010,23	6.429,83	88.892,54	65.558,52	35,59
Taxa CETIP/SELIC/CBLC	72.197,35	57.699,68	30.622,35	29.483,76	190.003,14	147.861,39	28,50
Diretas Fundos de Investimentos - Previdencial	-	-	-	-	-	-	-
Diretas Fundos de Investimentos - Investimentos	58.549,17	90.412,89	18.607,31	5.040,20	172.609,57	141.213,10	22,23
Taxa de Administração, Performace e Corretagem	58.549,17	90.412,89	18.607,31	5.040,20	172.609,57	141.213,10	22,23
Total Gestão Administrativa Previdencial	1.792.379,53	3.945.631,99	603.956,98	-	6.341.968,50	6.429.139,55	(1,36)
Total Gestão Adm. Investimentos e Diretas	1.626.721,66	3.338.090,81	574.923,51	48.566,45	5.588.302,43	5.646.495,16	(1,03)
TOTAL	3.419.101,19	7.283.722,80	1.178.880,49	48.566,45	11.930.270,93	12.075.634,71	(1,20)

QUADRO I V - EMPRESA RESPONSÁVEL PELA AUDITORIA DE GESTÃO

A empresa responsável pela auditoria de gestão da FUSC é a EXACTO AUDITORIA S.S.

QUADRO V - ADMINISTRADOR TECNICAMENTE QUALIFICADO

O administrador tecnicamente qualificado da FUSC é o Sr. Marcos Anderson Treitinger, CPF nº 003.632.389-64, telefone para contato (48) 32519333 e E-mail para contato: fusc@fusesc.com.br

3.4. Resumo dos Demonstrativos de Investimentos - Plano de Benefícios I

QUADRO I - IDENTIFICAÇÃO

ENTIDADE:
FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO:
DEZEMBRO DE 2017

SIGLA:	CÓDIGO:
FUSC	0055-2

CNPJ:
83.564.443/0001-32

QUADRO II - CARACTERIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR MERCADO DEZEMBRO /2016	% APLIC.	VALOR MERCADO DEZEMBRO /2017	% APLIC.	% LIMITES RES. Nº 3.792 DE SET/09 e Política Investimentos
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	678.804.171,67	100,00	678.105.750,23	100,00	
DISPONÍVEL	418,47	-	6.954,85	-	
Bancos e Caixa	418,47	-	6.954,85	-	
TÍTULOS PÚBLICOS	496.715.076,46	73,18	452.522.445,62	66,73	Legal até 100%
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	496.715.076,46	73,18	452.522.445,62	66,73	Limite Política
Notas do Tesouro Nacional - NTN	478.495.734,24	70,49	438.961.709,98	64,73	Inferior/Superior
Letras do Tesouro Nacional - LTN	18.219.342,22	2,68	13.560.735,64	2,00	55% - 98%
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	3.588.599,03	0,53	3.608.216,73	0,53	
COMPANHIAS ABERTAS	3.588.599,03	0,53	3.608.216,73	0,53	
Debêntures Conversíveis	-	-	-	-	
Buettner (Provisão de 100% para perdas iminentes)	-	-	-	-	
Debêntures Não Conversíveis	3.588.599,03	0,53	3.608.216,73	0,53	
Hauscenter S.A (Provisão perdas iminentes de 29% em 2017e 30% em 2018)	3.588.599,03	0,53	3.608.216,73	0,53	
Teka (Provisão de 100% para perdas iminentes)	-	-	-	-	
AÇÕES	-	-	-	-	Legal até 70%
COMPANHIAS ABERTAS	-	-	-	-	Limite Política
Mercado de Ações	-	-	-	-	Inferior/Superior
Lorenz (Provisão de 100% para perdas iminentes) - ON	-	-	-	-	0% - 18%
FUNDOS DE INVESTIMENTO	104.974.742,98	15,46	150.532.059,58	22,20	
Renda Fixa	1.691.524,24	0,25	1.622.339,30	0,24	
Modal Gaia	1.691.524,24	0,25	1.622.339,30	0,24	
Ações	17.980.695,61	2,65	22.864.380,38	3,37	
Bradesco Platina	17.980.695,61	2,65	22.864.380,38	3,37	
Multimercado	70.867.141,12	10,44	110.043.672,62	16,23	
Multimercado Institucional	53.205.056,64	7,84	72.794.079,42	10,73	
Banco do Brasil - Ágata II - Exclusivo	53.205.056,64	7,84	72.794.079,42	10,73	
Multimercado Estruturado	17.662.084,48	2,60	37.249.593,20	5,50	Legal até 20%
Bradesco FIC MM Prata - Exclusivo	17.662.084,48	2,60	37.249.593,20	5,50	Limite Política
Direito Creditórios	2.495.247,99	0,37	1.294.225,64	0,19	Inferior/Superior
FIDC Ático Abengoa	1.653.535,50	0,24	1.294.225,64	0,19	0% - 15%
FIDC Cedae	841.712,49	0,12	-	-	
Participações	6.486.019,14	0,96	8.702.024,82	1,28	
Brasil Portos e Ativos Logísticos Fip	831.681,14	0,12	768.788,65	0,11	
Brasil Óleo & Gás Fip	562.640,27	0,08	544.576,49	0,08	
Kinea Private Equity II Fip	2.234.109,32	0,33	5.166.766,45	0,76	
Riviera GR Industrial Fip	2.857.588,41	0,42	2.221.893,23	0,33	
Imobiliário	5.454.114,88	0,80	6.005.416,82	0,89	
BB Renda Corporativa	1.756.440,00	0,26	2.118.060,00	0,32	
Claritas Logística	3.697.674,88	0,54	3.887.356,82	0,57	

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS - Proporção 34,877959 Total Imóveis	57.829.687,60	8,52	55.973.959,43	8,26	Legal até 8%
ALUGUEIS E RENDA	46.147.209,95	6,80	44.533.116,68	6,57	Limite Política
Uso Próprio	2.490.306,75	0,37	2.700.139,13	0,40	Inferior/Superior
Rua Dom Jaime Câmara nº 217, Centro - Fpolis/SC	2.488.873,97	0,37	2.700.343,09	0,40	2% - 8%
(+) Valores a Receber	1.432,78	-	923,98	-	
(-) Valores a Pagar	-	-	1.127,94	-	
Locadas às Patrocinadoras	112.205,05	0,02	152.172,49	0,02	
Rua Antônio de Paula Velho s/n, B. Jardim da Serra/SC	121.444,92	0,02	161.412,36	0,02	
(+) Valores a Receber	1.171,21	-	1.171,21	-	
(-) Valores a Pagar	10.411,08	-	10.411,08	-	
Locados a Terceiros	43.544.698,15	6,41	41.680.805,06	6,15	
Av. Osmar Cunha nº 23, Ed. Pérola Negra, Centro - Fpolis/SC	6.226.870,08	0,92	5.885.711,53	0,87	
Rua Jerônimo Coelho nº 33, Ed. Ildefonso Linhares, C/Fpolis/SC	971.218,61	0,14	852.234,41	0,13	
Av. Hercílio Luz nº 59, Ed. Alpha Centauri, Centro - Fpolis/SC	514.931,21	0,08	359.205,31	0,05	
Av. Osmar Cunha nº 15, Ed. Ceisa Center, Centro - Fpolis/SC	1.296.493,94	0,19	1.106.835,17	0,16	
Av. Rio Branco nº 155, Ed. Planel Towers, Centro - Fpolis/SC	4.983.446,43	0,73	4.514.486,80	0,67	
Rua Santos Saraiva nº 1155, Estreito, Centro - Fpolis/SC	1.743.238,74	0,26	2.052.878,79	0,30	
Av. Rio Branco nº 159, Ed. Barra Sul, Centro - Fpolis/SC	17.105.902,27	2,52	15.531.501,93	2,28	
Rua Álvaro de Carvalho, eq. Ten. Silveira, Ed. Mapil, C/Fpolis/SC	1.696.687,13	0,25	2.533.995,78	0,37	
Rua Ten. Silveira nº 63, Ed. Reflex, Centro - Fpolis/SC	3.212.992,42	0,47	3.784.713,97	0,56	
Rua Artista Bittencourt s/n, Ed. Alcides Abreu, Centro - Fpolis/SC	2.914.381,30	0,43	2.478.794,29	0,37	
Rua Dom Jaime Câmara nº 259, Ed. Pedro Gil, Centro - Fpolis/SC	1.545.791,13	0,23	1.492.238,16	0,22	
Rua Sérgio Glevinski s/n, Papanduva/SC	235.583,17	0,03	257.596,80	0,04	
Rua Dom Jaime Câmara nº 217, Centro - Fpolis/SC	952.475,20	0,14	722.153,73	0,11	
(+) Valores a Receber	151.165,60	0,02	126.226,73	0,02	
(-) Valores a Pagar	6.479,08	-	17.768,34	-	
DIREITOS EM ALIENAÇÕES DE INV. IMOBILIÁRIOS	11.682.477,64	1,72	11.440.842,75	1,69	
Rua Araújo Figueiredo nº 15, Ed. Solar das Orquídeas, Fpolis/SC	566,39	-	-	-	
Av. Getúlio Vargas s/n, Centro - Biguaçu/SC	119.289,05	0,02	93.731,75	0,01	
Rua Presidente Coutinho nº 84, Centro - Fpolis/SC	11.562.622,20	1,70	11.391.838,85	1,68	
(-) Av. Getúlio Vargas s/n, Centro - Biguaçu/SC (Provisão perdas 50%)	-	-	44.727,85	0,01	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (H=h1)	15.695.647,13	2,31	15.462.114,02	2,28	Legal até 15%
EMPRÉSTIMOS	15.695.647,13	2,31	15.462.114,02	2,28	Limite Política
Pos-fixados	15.675.396,64	2,31	15.468.493,90	2,28	Inferior/Superior
(+) Valores a Receber	25.705,13	-	(1.682,99)	-	0% - 15%
(-) Valores a Pagar	5.454,64	-	4.696,89	-	

QUADRO III - OBSERVAÇÕES

- Este resumo esta sendo apresentado de acordo com a Resolução CGPC nº 23, de 06/12/06, alterada pela Instrução PREVIC nº 2 de 03/03/2011, e Instruções PREVIC nº 11 e 13 de 10/09/2014 e 12/11/2014, respectivamente.
- Demonstraremos a rentabilidade acumulada Líquida e Bruta (acréscimo das despesas administrativas de investimentos) em 2017 por segmento comparativa com os benchmarks de mercado, como segue:

POR PLANOS DE BENEFÍCIOS SEGMENTOS	LIQUIDA	BRUTA	BENCHMARKS
RENDA FIXA	8,47%	8,71%	BI 8,36% (INPC+ 6,17%)
RENDA VARIÁVEL	27,07%	27,40%	BI 30,98% (IBOVESPA + 3,26%)
INVESTIMENTO ESTRUTURADO	17,50%	17,81%	BI 10,94% (110% Selic)
IMÓVEIS	-0,85%	-0,66%	BI 7,04% (INPC + 5%)
EMPRÉSTIMOS	11,24%	11,95%	BI 11,38% (INPC + 9,38%)
CARTEIRA TOTAL	8,44%	8,79%	

2.1 Rentabilidade líquida e bruta por Fundo de Investimento:

	Rentabilidade Bruta (%)	Rentabilidade Líquida (%)	Taxa de Administração (R\$)	Taxa de Performance (R\$)	Demais custos incorridos com a administração terceirizada (R\$)
BB ÁGATA II FIM CRÉDITO PRIVADO	10,63%	10,59%	172.609,57	0,00	211.905,09
BRABESCO FIC FIA PLATINA	27,16%	27,16%	0,00	0,00	43.487,46
BRABESCO FIC FI MM PRATA	13,20%	13,20%	0,00	0,00	60.671,43

3. A meta atuarial da FUSESC é de INPC (mês anterior) mais 5% ao ano, sendo que o acumulado no ano de 2017 ficou em 7,04%;

4. A Resolução CMN nº 3.792, de 28/09/2009, desobriga as EFPC's de elaborar a Divergência não Planejada (DNP), que representa a rentabilidade dos investimentos comparada com a meta atuarial da Fundação, desde que possua um modelo próprio de monitoramento de risco de investimentos. Desde o exercício de 2010 a Fundação deixou de elaborar a DNP por possuir tal monitoramento de risco.

5. O valor ao Risco de Mercado (VaR), em 31/12/2017, está demonstrado como segue:

Mandato	Benchmark	Modelo	% Observado	Limite	Horiz. de Tempo
Mandato Renda Fixa Não Exclusivo	CDI	VaR	0,27	5,00%	21 dias
Mandato Exclusivo MM Estruturado	110% Selic	B-VaR	1,93	7,00%	21 dias
Mandato Exclusivo Crédito Privado	110% Selic	VaR	0,10	3,00%	21 dias
Mandato Renda Variável Ativa	Ibovespa	B-VaR	1,99	10,00%	21 dias

6. Os Fundos de Investimentos com gestão terceirizada estão discriminados no QUADRO II e totalizados por segmento, como segue:

DESCRIÇÃO	VALOR	% Sobre o total da Gestão Terceirizada	% Sobre o total dos Investimentos da Fused
RENDA FIXA	75.710.644,36	50,30	11,16
RENDA VARIÁVEL	22.864.380,38	15,18	3,37
INVESTIMENTOS ESTRUTURADO	51.957.034,84	34,52	7,67
TOTAL	150.532.059,58	100,00	22,20

7. DESENQUADRAMENTO: As aplicações estão enquadradas de acordo com a legislação vigente, exceto os Imóveis que no Plano Benefícios I apresentavam-se em desconformidade em relação aos Artigos 35 ao 40 da Resolução CMN nº 3792, Capítulo VII, Seção I, Art. 39, onde o limite máximo é de 8%, no qual está com o percentual de 8,26. Cabe ressaltar que trata-se de desenquadramento passivo em nível dos Planos de Benefícios, situação que mantém suspenso a contagem do prazo de 720 dias para reenquadramento, artigo 52 da Resolução CMN nº 3792 e item 4 do Ofício Circular Conjunto 001 de 24/03/2014 PREVIC-DIACE/DIFIS/DITEC.

8. Demonstramos a seguir o total dos investimentos do Plano de Benefício assim como o seus respectivos valores por segmento, em reais e percentuais relativos aos recursos garantidores das Reservas Técnicas:

DESCRIÇÃO	31/12/2016	% APL.	31/12/2017	% APL.
PLANO DE BENEFÍCIO I	678.804.171,67	100,00	678.105.750,23	100,00
Disponível	418,47	-	6.954,85	-
Renda Fixa	557.695.504,36	82,16	531.841.306,71	78,44
Renda Variável	17.980.695,61	2,65	22.864.380,38	3,37
Investimento Estruturado	29.602.218,50	4,36	51.957.034,84	7,66
Imóveis	57.829.687,60	8,52	55.973.959,43	8,25
Empréstimos	15.695.647,13	2,31	15.462.114,02	2,28

QUADRO I V - EMPRESA RESPONSÁVEL PELA AUDITORIA DE GESTÃO

A empresa responsável pela auditoria de gestão da FUSESC é a EXACTO AUDITORIA S.S.

QUADRO V - ADMINISTRADOR TECNICAMENTE QUALIFICADO

O administrador tecnicamente qualificado da FUSESC é o Sr. Marcos Anderson Treitinger, CPF nº 003.632.389-64, telefone para contato (48) 32519333 e E-mail para contato: fusescc@fusescc.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

José Manoel de Oliveira
Diretor Superintendente

Marcos Anderson Treitinger
Diretor Financeiro

Aroldo Benjamin Ouriques Filho
Diretor Administrativo e de Segurança

EXPEDIENTE

Coordenação na Fusesc: Carolina Pereira Simões

Produção gráfica: Frente Comunicação